

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
RESOLUÇÃO CONSUP/IFPR N.18/2017 – CONSUP/IFPR**

ANEXO II

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, CAMPUS
IVAIPORÃ**

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	
1.1 Número do processo	
	23411.006049/2021-72
1.2 Campus	
	Ivaiporã
1.3 Nome do curso	
	Abordagens contemporâneas para educação básica
1.4 Área de avaliação (CAPES)	
	Colégio de Humanidades
	Grande Área: Ciências Humanas
	Área de conhecimento: Educação
1.5 Linhas de Pesquisa	
	Ensino na educação básica
1.6 Coordenação do Curso	
	Nathália Cristina Ortiz da Silva
1.7 Vice-coordenação do Curso	
	Henrique Fernandes Alves Neto

2. DADOS DO CURSO	
2.1 Tipo de curso	
	Especialização, conforme Lei n. 9394/96 e Resolução CNE/CES nº 1/2018
2.2 Relação com o itinerário formativo do campus	
	O propósito da especialização surgiu como uma possibilidade de verticalização para o curso de Licenciatura em Física. A preocupação da comissão elaboradora parte

da necessidade de oportunizar a todos os docentes da educação básica, bem como aqueles que pretendem atuar nessa fase do ensino, uma formação complementar que leve em consideração os desafios e perspectivas contemporâneas.

No entanto, reflexões posteriores levaram a comissão a considerar que não apenas caberia na proposta esse público-alvo, pois licenciados em pedagogia que atuam em séries iniciais também poderiam encontrar relevância na especialização. Isso se dá ao considerar que o(a) professor(a) de pedagogia será o primeiro contato dos alunos da educação básica, de todos os conhecimentos escolares abrangidos na proposta. Como diferentes estudos apontam, a formação ofertada a respeito desses conteúdos acaba sendo frágil, o que leva a uma dificuldade de inseri-los na primeira etapa da educação básica.

2.3 Vagas ofertadas

a) Mínimo: 20 vagas (Resolução Consup/IFPR n.121/2023)

b) Máximo: 40 vagas

2.4 Público-alvo

Portadores de diploma de curso superior em Licenciatura nas áreas de pedagogia, ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e correlatos.

2.5 Modalidade

() Presencial

(X) Presencial com parte da carga horária a distância

() A distância

2.6 Tipo de oferta

(X) Aberta ao público

() Turma exclusiva

Em caso de turma exclusiva, informar a instituição parceira e o termo de convênio/cooperação:

Não se aplica.

2.7 Periodicidade de oferta

Anual.

2.8 Local de realização do curso

IFPR – Campus Ivaiporã

Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial (Marginal à PR 466)

CEP 86870-000 - Brasil.

2.9 Dia(s) e horários de realização do curso

As componentes curriculares poderão ser ofertadas de segunda a sexta-feira, no período noturno, e aos sábados, nos períodos matutino e vespertino. No edital de abertura, os dias e horários de cada componente serão especificados para que o estudante selecione aquelas que pretende cursar. Os horários reservados para atendimento aos alunos serão estabelecidos por cada professor, de acordo com seu plano de trabalho docente (PTD) semestral, alocados, preferencialmente, nos mesmos dias de realização das aulas.

2.10 Horário(s) de atendimento ao estudante

Dia	Matutino	Vespertino	Noturno
Segunda-feira	-	-	18h30 - 22h30
Terça-feira	-	-	18h30 - 22h30
Quarta-feira	-	-	18h30 - 22h30
Quinta-feira	-	-	18h30 - 22h30
Sexta-feira	-	-	18h30 - 22h30
Sábado	8h - 12h	13h30 - 17h30	-

Reforça-se que os estudantes não terão aulas todos os dias da semana. Os dias específicos em que as aulas ocorrerão dependerão das componentes curriculares selecionadas no momento da matrícula.

2.11 Previsão de início do curso

Março/2024

2.12 Prazo de integralização curricular

8 meses

2.13 Carga horária total do curso

420 horas / 28 créditos

QUADRO 1: Quadro de disciplinas

Componentes curriculares	C.H.P.	C.H.P.%	C.H. EaD	C.H. EaD %	C.H.T. / C.
1. Metodologia de Pesquisa	18	60%	12	40%	30 / 2 créditos
2. Seminários de Pesquisa	18	60%	12	40%	30 / 2 créditos
3. A BNCC e o currículo	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
4. Teoria e prática para o ensino de Artes	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
5. Teoria e prática para o ensino de Educação Física	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
6. Teoria e prática para o ensino de Espanhol	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
7. Teoria e prática para o ensino de Filosofia	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
8. Teoria e prática para o ensino de Física	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
9. Teoria e prática para o ensino de Geografia	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
10. Teoria e prática para o ensino de História	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
11. Teoria e prática para o ensino de Matemática	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
12. Teoria e prática para o ensino de Português	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
13. Teoria e prática para o ensino de Química	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
14. Teoria e prática para o ensino de Sociologia	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
15. Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	18	60%	12	40%	30 / 2 créditos
16. Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências Humanas e suas tecnologias	18	60%	12	40%	30 / 2 créditos
17. Oficina de ensino-aprendizagem I: Linguagens, Códigos e suas tecnologias	18	60%	12	40%	30 / 2 créditos
18. Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
19. Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências Humanas e suas tecnologias	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos
20. Oficina de ensino-aprendizagem II: Linguagens, Códigos e suas tecnologias	36	60%	24	40%	60 / 4 créditos

C.H.P. – Carga horária na modalidade presencial em hora relógio

C.H.P. – Carga horária na modalidade a distância em hora relógio

C.H.T. / C - Carga horária total do componente curricular em hora relógio / Créditos

C.H.P. – Percentual da carga horária na modalidade presencial

C.H.P. – Percentual da carga horária na modalidade a distância

3 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE CURSO

Muito tem se falado a respeito dos problemas educacionais enfrentados pelo Brasil. Como a educação é um território de disputa de discursos, inúmeras soluções são oferecidas para esses problemas. A questão é que, em grande parte das vezes, essas soluções ficam delimitadas pelo espaço acadêmico, não chegando ao local onde são mais relevantes: a sala de aula.

Nesse sentido, é comum que pesquisas em educação e documentos oficiais caminhem em direções distintas. Em outras palavras, têm-se os posicionamentos políticos e governamentais que desenham uma perspectiva de educação, refletida em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Estaduais e, agora, a Base Nacional Curricular Comum. No entanto, quando a prática docente é investigada, pouco se observa a capacidade de esses documentos oficiais ocasionarem mudanças, o que se torna um problema.

É possível se perguntar, afinal, por que isso acontece? Na perspectiva de um problema multifatorial, não há uma única resposta. Entretanto, ao menos uma das respostas está no fato de que reformular documentos, desenvolver pesquisas e propor ideias inovadoras não têm sentido se não houver a participação daqueles que são os principais sujeitos da implementação da prática de ensino: os professores.

Como Saviani (2009) explica, até o final do século XIX os professores deveriam ter o domínio dos conteúdos que precisavam transmitir às crianças, sem preocupar-se com o preparo didático-pedagógico. Após um longo caminho percorrido, o autor indica que atualmente há uma luta entre dois modelos de formação docente: conteúdos culturais-cognitivos, concentrado na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos, e pedagógico-didático, que considera que a formação docente se dá com o efetivo preparo didático-pedagógico. Para Saviani (2009), o primeiro modelo é posto em posição predominante nas universidades e instituições de ensino superior que se encarregam da formação de professores.

Esta proposta parte do princípio que é necessário alterar esse cenário. O modelo cultural-cognitivo traz problemas como a visão simplista de que ser

professor é apenas saber o conteúdo e conhecer algumas estratégias pedagógicas (LANGHI; NARDI, 2012). Behrens (2013) entende que uma mudança nesse cenário evoca um rompimento com o paradigma tradicional, fazendo que o professor emerja como um articulador do processo pedagógico. O que se busca resgatar a partir dessa discussão é que nenhuma mudança efetiva na educação pode ocorrer sem passar por uma mudança na prática docente. Para isso, não basta construir um novo documento e transformá-lo em uma imposição burocrática, mas convidar professores para fazerem parte desse processo.

É possível notar o fracasso de tal gesto com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no início do século XXI. Ricardo e Zylbersztanj (2002) indicam que, apesar da importância do documento para o ensino de Ciências, pouco foi feito para efetivamente levá-lo para sala de aula. As capacitações feitas e a formação em serviço oferecida não trouxeram resultados, além da falta de oferta de condições de implementação para os docentes. Nas palavras dos autores:

é importante que os professores estejam preparados para participarem ativamente da elaboração do projeto político-pedagógico da escola e que tenham em vista o propósito ético-político ao qual se propõe implantar, sem cair em discursos simplistas, carentes de discussão e aprofundamento (RICARDO; ZYLBERSZTANJ, 2002, p.367).

Nesse sentido, destaca-se a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a qual pode ser considerada como um dos mais impactantes documentos educacionais dos últimos tempos. Proposta desde a Constituição Federal, a BNCC teve sua versão final publicada para o Ensino Infantil e Fundamental em 2016, e para o Ensino Médio em 2018. Ainda em 2016, diversos estados começaram a discutir a respeito do processo de implantação do referido documento em suas respectivas redes de ensino. O Estado do Paraná desenvolveu o CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense, que desde 2020 passou a ser o documento curricular orientador para a formulação dos PPCs. (PARANÁ, s.d.). Em 2021, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) realizou uma consulta pública para elaboração do Referencial

Curricular do Ensino Médio.

Entretanto, não basta formular novos documentos se os professores não tiverem oportunidade efetiva de compreender a proposta e discuti-la, refletindo sobre as possibilidades e as melhores maneiras de implementação. A BNCC (BRASIL, 2018) se propõe a superar a fragmentação da educação, além de assegurar no ambiente escolar, a prática de conceitos fundamentais como interdisciplinaridade, aprendizagem significativa, contextualização, desenvolvimento de habilidades e competências (BRASIL, 2018). Para isso, é preciso construir junto aos professores um currículo real, capaz de levar esses elementos para sala de aula.

Visto isso, despertou-se para a concepção desta proposta de especialização, a ser desenvolvida a partir de uma perspectiva potencialmente significativa (MOREIRA, 2010). Nessa perspectiva, a proposta pretende oferecer um caminho novo, que contribua com a superação dos obstáculos apontados, de forma que os professores construam um conhecimento pedagógico do conteúdo (SHULMAN, 1966; 1967) que auxilie a implementação de novas propostas educacionais de forma reflexiva, respeitando os alunos, o contexto e a sociedade em que atuarão. Mediante a óptica da aprendizagem significativa crítica (MOREIRA, 2010), espera-se que o professor sinta-se preparado para atuar diante dos diferentes contextos e implementar mudanças curriculares e educacionais, sem, entretanto, dobrar-se a imposições de forma acrítica.

Para tanto, espera-se com o curso criar um ambiente de aprendizagem em que os professores tenham oportunidade de discutir teorias e desenvolver abordagens práticas e reflexivas de implementação da proposta da BNCC em suas respectivas áreas de atuação. O curso também se preocupa em estabelecer momentos de colaboração interdisciplinares, tendo em vista a relevância dada à questão tanto pelos documentos oficiais quanto por pesquisas da área.

A respeito desse tema, é importante chamar atenção ao fato de que o conceito de interdisciplinaridade está atrelado a diferentes concepções epistemológicas. Dessa forma, adotamos a ótica proposta por Lavaqui e Batista (2007), que consideram a interdisciplinaridade escolar como “uma articulação entre duas ou mais disciplinas escolares nos níveis curricular, didático e pedagógico”

(LAVAQUI; BATISTA, 2007, p.418). Nesse contexto, a prática interdisciplinar é vista como participante de uma estrutura curricular disciplinar e organizada, inserida por meio de momentos interdisciplinares no processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, pretendemos discutir aspectos do ensino baseado no paradigma construtivista, focando nas dificuldades que o discente do programa de pós-graduação encontra na prática docente. Cabe aqui esclarecer que a ideia de dificuldades presente nessa abordagem refere-se à problemas contextualizados na realidade discente, o que favorece a motivação e o estímulo para que se compreenda e analise criticamente seu cotidiano escolar com vistas à sua transformação.

A essência deste programa de pós-graduação se concentra em ofertar aos docentes a possibilidade de construir práticas de ensino, contextualizadas a partir da teoria da aprendizagem significativa, que levem em consideração características fundamentais para a implementação de mudanças na educação básica como a interdisciplinaridade, a contextualização e o desenvolvimento de práticas reflexivas.

Ressalta-se ainda que a proposta atende aos princípios e valores do Instituto Federal do Paraná, comprometendo-se a ofertar um ensino de qualidade e comprometido com o contexto social de forma integral, ao oportunizar aos graduados em licenciatura meios de aprofundamento e aprimoramento de seus conhecimentos e habilidades, a partir de uma visão crítica que promova uma formação cultural, científica e profissional, além da valorização dos conhecimentos técnico-científicos, como requisitado pela regulamentação de cursos lato sensu do IFPR (2017b).

Nesse contexto, a especialização em questão não pretende ser entendida como mera oferta de formação continuada que mantenha um modelo tradicional de ensino, na qual cabe aos professores “despejarem conteúdos” a serem “absorvidos”. Pelo contrário, preza-se pela promoção de uma educação inclusiva e integradora, que promova o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A proposta também atende ao PDI do Campus, possibilitando o avanço na verticalização do ensino, com o intuito de oferecer um curso público e de qualidade, dentro da delimitação do Campus, e vinculada

ao Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Física, o qual previa um curso de especialização e um programa de mestrado até o ano de 2020 (IFPR, 2017a).

O vínculo com o PPC do curso de licenciatura em Física vai além do registro documental. Ambos compartilham a preocupação em formar professores críticos e reflexivos, capazes de ensinar a partir de uma perspectiva investigativa e humanista. Como destacado no documento em questão, “Formar professores bem-preparados e que, dominem os conhecimentos específicos de cada disciplina, que desenvolvam as habilidades inerentes a cada área do conhecimento é fator fundamental para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no país” (IFPR, 2017a, p.18). O alinhamento da proposta também se dá com os objetivos do curso de graduação, devidamente elencados no PPC.

Porém, houve aqui a preocupação de ampliar o leque de oportunidades a docentes de diferentes áreas do conhecimento, o que fica caracterizado no perfil multidisciplinar desta especialização. Isso se dá em virtude de algumas características locais, como a inexistência de cursos de especialização presenciais e gratuitos na cidade, na área da Educação, e as mudanças curriculares feitas de forma verticalizada, sem oportunizar aos professores uma reflexão a respeito desse processo, aspecto que se nota no estatuto do IFPR. Uma de suas finalidades e características é de “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (IFPR, 2017a, p.9).

Por fim, destaca-se o levantamento realizado nos 14 municípios que compõem o Núcleo regional de educação de Ivaiporã, que indica a ausência de cursos de especialização presenciais e gratuitos, na área de formação de professores.

Município	Instituições de ensino públicas	Cursos de especialização presenciais
Arapuã	0	0
Ariranha do Ivaí	0	0
Cândido de Abreu	1. Universidade Estadual de Ponta Grossa - Polo EAD https://ead.uepg.br/site/polo/119	0
Godoy Moreira	0	0
Grandes Rios	0	0
Ivaiporã	1. Instituto Federal do Paraná https://ivaipora.ifpr.edu.br 2. Universidade Estadual de Maringá http://www.crv.uem.br/	0
Jardim Alegre	0	0
Lidianópolis	0	0
Lunardelli	0	0
Manoel Ribas	0	0
Rio Branco do Ivaí	0	0
Rosário do Ivaí	0	0
São João do Ivaí	1. Universidade Estadual de Maringá - Pólo EAD https://portal.nead.uem.br/site/web/site/index	0
São Pedro do Ivaí	0	0

Tal situação evidencia a abrangência do curso proposto, podendo expandir-se para além da cidade, tornando possível atender um público maior de professores e licenciados da região.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA DE CURSO

4.1 Objetivo Geral

Ofertar formação continuada para professores em atividade e licenciados, a partir de uma abordagem teórico-prática e na perspectiva de uma aprendizagem significativa pautada nas dimensões científica, cultural e social.

4.2 Objetivos Específicos

4.2.1. Habilitar os discentes para o trabalho de elaboração e prática de projetos transversais e interdisciplinares;

4.2.2. Possibilitar aos graduados, em suas áreas, uma complementação teórico-prática de estratégias didático-metodológicas que os auxiliem em uma implementação crítica-reflexiva de documentos políticos educacionais que regem a educação no país;

4.2.3. Proporcionar aos discentes instrumentos que favoreçam a concretização dos objetivos propostos nos programas escolares;

4.2.4. Promover a formação de profissionais da educação aptos para produzir e socializar conhecimentos, qualificando as práticas de ensino-aprendizagem na realidade em que atuam;

4.2.5. Fomentar o ambiente de pesquisa, ensino, extensão e inovação, de maneira articulada às práticas e à realidade docente.

5. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

Considerando a Resolução nº18 de 2017, o aluno que concluir Pós-graduação lato sensu Abordagens contemporâneas para a educação básica com aproveitamento satisfatório nas disciplinas, com aprovação do trabalho de conclusão de curso e com frequência igual ou superior a 75% (de um total de 420h), receberá o certificado de especialista na área de ensino, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica do campus. Caso o estudante não atinja todos os requisitos expostos, terá direito ao certificado de aperfeiçoamento, equivalente à carga horária efetivamente cumprida em componentes nas quais tenha atingido aproveitamento satisfatório.

6. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Documentos oficiais e resultados de pesquisa na área da educação se alinham

quanto à necessidade de um ensino não fragmentado e flexível, que respeite os conhecimentos teóricos disciplinares, mas, ao mesmo tempo, ofereça possibilidades para que cada aluno encontre seu lugar de aprendizagem, considere a relevância da interdisciplinaridade e respeite as individualidades do estudante (BRASIL, 2013;2018; BOTÍA; BOLÍVAR-RUANO, 2019; CARVALHO; GIL-PÉREZ, 2011; COUTO, 2011; GIL PÉREZ; VILCHES, 2004).

O modelo tradicionalista, baseado na racionalidade técnica, não tem apresentado resultados satisfatórios. Partindo disso, propõe-se uma abordagem que fuja dessa concepção, construindo um ambiente de aprendizagem potencialmente significativo, com abordagens que partam dos conhecimentos prévios dos estudantes e estimulem a aprendizagem a partir disso. Tal ambiente preza por uma lógica de organização na qual cada conteúdo anterior pode ser utilizado como subsunçor para a aprendizagem de um novo, a partir de um processo de diferenciação progressiva e reconciliação integradora (MOREIRA, 2010). Com isso, espera-se que os estudantes interrelacionem teoria e prática ao longo do curso.

A estrutura desta proposta baseia-se em preceitos da aprendizagem significativa crítica, como a interação social, a não centralidade do livro texto, a aprendizagem pelo erro, não utilização do quadro e giz e abandono da narrativa (MOREIRA, 2010). O curso também pretende estimular o treinamento em serviço (IFPR, 2017b). Para tanto, 50% da carga horária de cada componente poderá ser composta pelo desenvolvimento e aplicação de produtos e processos educacionais desenvolvidos ao longo das componentes curriculares, sob supervisão dos docentes, em uma perspectiva de pesquisa-ação. As atividades assim divididas ocorrerão em regime de alternância, com o objetivo de proporcionar aos estudantes momentos de análise e reflexão coletiva a respeito dos resultados alcançados em suas práticas.

O curso se divide em três momentos: as componentes obrigatórias, as oficinas de ensino-aprendizagem e a apresentação de TCC, contabilizando carga horária de 420h. A carga horária do curso será estruturada em créditos curriculares, considerando-se que cada crédito equivale a 15h.

A) Carga Horária em componentes curriculares (obrigatórios): 360h/24 créditos. Desse montante, 40%, o equivalente a 144h, serão

implementados no formato EAD;

B) Carga horária em atividade de elaboração, orientação e defesa de trabalho de conclusão de curso: 60h/ 4 créditos;

C) Carga horária em atividades complementares (opcional): não se aplica;

D) Carga horária total dos componentes curriculares: 420h /28 créditos.

A carga horária será distribuída em módulos e os estudantes terão um período de seis meses para concluir as componentes curriculares e oficinas de ensino-aprendizagem, e até dois meses complementares para apresentar seu TCC.

Os discentes deverão cursar obrigatoriamente as componentes curriculares Metodologia de pesquisa (30h), Seminários de pesquisa (30h), A BNCC e o currículo (60h), bem como uma componente de abordagens metodológicas das áreas específicas (60h), totalizando 180h de curso. Essa parte do curso visa apresentar e discutir conceitos relevantes para a formação curricular do docente, a partir de referenciais teórico- pedagógicos atuais, voltados para a didática específica das diferentes áreas do conhecimento. Também busca-se uma relação ensino, pesquisa e extensão, além de introduzir o estudante no debate da BNCC.

As oficinas de ensino-aprendizagem compõem a parte flexível do curso e serão compostas a partir de situações-problema, podendo ser específicas de uma área do conhecimento ou interdisciplinares. Serão ofertadas diferentes oficinas, com carga horária de 60h e 30h, e caberá ao estudante decidir sobre quais cursar, desde que, ao final da especialização, sejam contempladas 180h.

É fundamental evidenciar que a principal característica das oficinas de ensino-aprendizagem é o diálogo multilateral e a flexibilidade, considerando que, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) (BRASIL, 2013) reforçam, cabe ao currículo escolar possibilitar um ambiente de troca, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar e o relacionamento interpessoal entre os indivíduos.

Além disso, Domingues, Toschi e Oliveira (2000) afirmam que as reformas educacionais têm se esforçado (desde os PCN, em 1998) para formular um ensino médio com base em um currículo diversificado e flexibilizado. Os autores ainda resgatam o conceito de currículo não como algo pronto e acabado, mas como um produto da escola, com professores que possam definir o que, como

e por que ensinar cada conteúdo (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000). Novamente é importante ressaltar a efetiva diferença entre um currículo fragmentado e fechado, e um currículo flexível. Quando a organização pedagógica coloca o professor como um seguidor de ementas fechadas e pré-estabelecidas em suas “caixas”, retira da escola e do professor o direito de construir, individual e coletivamente, um ambiente de aprendizagem apropriado à realidade local e aos interesses dos alunos, dos educadores e da comunidade. Para que isso aconteça, é essencial que os professores que ali atuem tenham acesso a ambientes de formação construtivistas e flexíveis, que os ofereça um hall de saberes que tornem possível que tal perspectiva seja levada para a educação básica. Nesse sentido, as oficinas serão construídas a partir de conceitos específicos das áreas, porém de forma aberta. Como exemplo, uma oficina denominada “trazendo notícias” poderá ser trabalhada por docentes de física, sociologia e artes, com o objetivo de construir um transmissor de rádio, e utilizá-lo para transmitir um podcast no Campus. Nesse caso, os conteúdos específicos serão integrados ao longo do processo, culminando com dois produtos (transmissor de rádio e podcast). Ao mesmo tempo, a oficina “a vida das estrelas” poderá ser aplicada por professores de física, química e história, que utilizarão a evolução estelar para discutir conceitos como fissão e fusão nuclear, espectroscopia e papel da astronomia na sociedade.

Em todos os casos, as oficinas visam estimular a participação efetiva dos alunos, que terão oportunidade de construir práticas de ensino e até implementá-las a partir das discussões realizadas ao longo das componentes obrigatórias. Nesse sentido, há uma sinergia entre os dois momentos do curso, visando possibilitar um ambiente potencialmente significativo, que permita aos alunos avançarem além de discussões teóricas, construindo relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo, de forma a construir práticas de ensino que superem o tradicionalismo que ainda se impõe sobre o ambiente escolar.

As oficinas de ensino-aprendizagem ofertadas para uma edição do curso serão previamente informadas no edital do processo seletivo. Essas oficinas possuem diferentes temas, porém, sempre contarão com conteúdos previamente estabelecidos nas ementas das componentes “oficinas de ensino-

aprendizagem” deste PPC.

Todas as componentes de abordagens metodológicas específicas e, no mínimo, seis oficinas de ensino-aprendizagem diferentes serão ofertadas em cada edição do curso. Entretanto, quando mais de seis oficinas diferentes forem ofertadas, deve haver um limite mínimo de alunos, de 15% do total de vagas ofertadas no curso, matriculados nas componentes de abordagens metodológicas específicas. Caso esse número não seja atingido, os discentes deverão escolher entre aqueles componentes que alcançaram o número mínimo de alunos, para serem realocados.

Ademais, é importante registrar que o curso tem caráter híbrido, tanto na realização das disciplinas como na aplicação das avaliações. Desse modo, cada docente, em sua respectiva disciplina, terá autonomia para dispor dos recursos metodológicos apropriados ao alcance dos objetivos definidos. Os métodos de avaliação, tanto das atividades presenciais quanto das atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) são apresentados e explicitados nos planos de ensino dos componentes curriculares.

A carga horária na modalidade a distância será desenvolvida no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) institucional que disponibiliza um conjunto de recursos e atividades, permitindo plena acessibilidade metodológica, instrumental, comunicacional e gerencial para os docentes e discentes.

Em relação ao trabalho docente, a parcela de 40% na modalidade a distância – que está distribuída linearmente dentre todos os componentes curriculares –, demanda do professor a conduta de mediador do conhecimento. Nessa perspectiva, a carga horária docente destinada à modalidade a distância exige que este disponha de momentos para tutorias e realize atividades diversas com o educando, dentre elas, mediação de discussões em fóruns e chats, atividades síncronas e/ou assíncronas, assim como atender e orientar os estudantes em suas dúvidas e dificuldades. Diante do exposto, no contexto híbrido proposto, configura-se como papel dos docentes a mediação, tutoria e interação com os estudantes na completude dos processos de aprendizagem.

A escolha, produção e distribuição dos materiais didáticos são atribuições dos

docentes responsáveis pelo componente curricular. Todos os materiais didáticos atenderão às diretrizes de direitos autorais, de acessibilidade e de diversidade, bem como as normativas institucionais vigentes.

A Biblioteca do Campus Ivaiporã é a seção encarregada de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da disponibilização de produtos e serviços de informação. Com um espaço de 641 (m²), seu acervo atende à educação superior, básica e profissional, em suas diferentes modalidades de ensino. O funcionamento é de segunda à sexta-feira das 08:00 às 21:00 horas, nos sábados letivos para a especialização, o funcionamento ocorrerá das 08:00 às 12:00 horas.

Além das obras físicas o estudante tem à disposição o acervo digital da Biblioteca Virtual Pearson, acesso às normas da ABNT Coleção através do Portal da ABNT e Manual de Normas na página da biblioteca do campus e acesso ao Portal de Periódicos da Capes no acesso CAFe, elementos estes, que podem contribuir com a pesquisa e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Enfatiza-se que os estudantes da especialização poderão utilizar, em qualquer período em que esta estiver em funcionamento, o espaço da Biblioteca para realizar suas pesquisas, trabalhos acadêmicos e inclusive tem à disposição, os computadores para acesso e realização das atividades disponíveis na plataforma AVEA.

Por fim, cada estudante será vinculado a um(a) orientador(a), que o acompanhará durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC), que contará com carga horária própria de 60h e poderá ser apresentado nos seguintes formatos:

1. Produção de artigo original ou trabalho de revisão (modelo Anexo A);
2. Produção e publicação, ou aceite, de artigo original em periódico indexado na sua área de conhecimento específica, educação, ensino ou interdisciplinar; como autor principal e com participação do orientador;
3. Publicação de trabalho completo como autor principal e com participação do orientador, em evento nacional ou internacional da sua área de conhecimento específica, educação, ensino ou interdisciplinar.

A apresentação pública do trabalho final será obrigatória. Nos casos 1 e 3, o trabalho será avaliado por uma banca formada pelo professor orientador e dois

professores convidados. No caso do modelo 2, a avaliação se dará pela análise dos pareceres específicos do periódico. Com isso, pretende-se estimular a produção acadêmica dos estudantes da especialização, possibilitando formação completa enquanto professor-pesquisador.

7. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

O Projeto Pedagógico do Curso Especialização em Abordagens contemporâneas para educação básica propõe uma dinâmica de ensino e um processo avaliativo que possa garantir o desenvolvimento da formação humana, cidadã e preparação para o mundo do trabalho, inerentes ao perfil profissional do egresso. Tais preceitos na organização do curso ocorrerão por meio de ações alternantes entre a formação teórico-prática advindas dos componentes curriculares e a implementação de procedimentos por parte dos estudantes em locais específicos de atuação profissional, sob supervisão docente. Nesse sentido, essa especialização preconiza um processo de avaliação que ocorra ao longo do curso, ponderando processos e resultados. Dessa forma, o curso proposto seguirá as orientações do Instituto Federal do Paraná, por meio da Resolução n.º 50 de 2017, ao propor um processo avaliativo diagnóstico, formativo e somativo, que privilegia a aprendizagem.

Pauta-se nos pressupostos do artigo segundo da Resolução n.º 50 de 2017 sobre a avaliação, segundo o qual “estudantes e docentes são sujeitos ativos, seres humanos históricos, imersos numa cultura, que apresentam características particulares de vida, e devem atuar de forma consciente no processo de ensino-aprendizagem”. Para sua concretização, as componentes curriculares pautam-se em abordagens teóricas e práticas de ensino, ao permitir que os estudantes sejam co-responsáveis por sua aprendizagem.

A avaliação não ocorre de forma estanque e fechada em si mesma, e sim em um processo contínuo e permanente, envolvendo juízo de valores sobre as manifestações da realidade. Compreende-se que estudante e docente se apropriam da realidade e podem apresentar aprendizado recíproco, lançando propostas de intervenções que visem uma aprendizagem significativa. Metodologicamente, o processo avaliativo é também uma tomada de decisão que busca, entre outros, verificar se houve de fato aprendizagem e que ofereça

subsídios ao docente para possíveis tomadas de decisões, inclusive rever sua própria prática pedagógica.

O processo avaliativo poderá ocorrer tanto nos momentos de oferta presenciais quanto nas atividades e momentos de educação a distância. Ademais, é recomendado que o docente se utilize de momentos de ambas as modalidades em seu processo avaliativo, sobretudo considerando o caráter contínuo da avaliação.

Diante dos pressupostos, corrobora-se, conforme a Resolução n.º 50 de 2017, que a avaliação deve considerar:

- I. Para avaliar, deve-se considerar o que está sendo avaliado, como está sendo avaliado e por que e para que está sendo avaliado. Como se trata de pós-graduação, entende-se que o estudante seja protagonista de sua aprendizagem, que participe ativamente dos processos;
- II. Para avaliar é preciso ter clareza que a avaliação do processo ensino aprendizagem envolve: os docentes, a instituição, o discente e a sociedade. Dessa forma, a avaliação reflete os resultados do planejamento, metodologias adotadas, critérios estabelecidos e a aquisição de uma aprendizagem significativa que possa considerar o processo como um todo. Para isso, torna-se necessário deixar claro os objetivos da aprendizagem, o que se espera do estudante em conformidade com os conteúdos trabalhados;
- III. Na avaliação, o discente deve ser considerado como um agente ativo do seu processo educativo e saber antecipadamente o que será avaliado, de maneira que as regras são estabelecidas de maneira clara e com a participação do aluno. Nessa perspectiva, o processo democrático ganha contornos, e o estudante torna-se coparticipante de sua aprendizagem, mediados pela ação docente. Tais orientações devem permear a organização didática e pedagógica de cada plano de ensino das componentes do curso.

O processo de avaliação por ser de natureza diagnóstica, formativa e somativa supõem dialogar-se entre si e estabelecer instrumentos catalisadores ou verificadores do processo ensino aprendizagem, tornando-se essencial e estratégico na melhoria como um todo, ao possibilitar revisões sistemáticas e

contínuas. De acordo com as características das componentes curriculares do curso de especialização, o docente poderá escolher um ou mais meios (instrumentos) que melhor atenda as especificidades do conteúdo, tanto nos momentos de oferta presenciais quanto nas atividades e momentos de educação a distância:

- Seminários e debates;
- Trabalhos individuais e/ou em grupo;
- Testes escritos e/ou orais/sinalizados;
- Atividades investigativas;
- Portfólio;
- Elaboração e implementação de projetos de ensino;
- Dramatizações;
- Construção e aplicação de sequências didáticas;
- Artigos científicos ou ensaios;
- Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- Resenhas;
- Autoavaliações;
- Participações em projetos;
- Participações em atividades culturais e esportivas;
- Visitas técnicas;
- Atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Participação e/ou organização de eventos acadêmicos;
- Realização de ações de extensão na comunidade.

Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por área curricular, isto é, pelos componentes e divulgados em edital, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

- I. Conceito A – Quando a aprendizagem do aluno foi **PLENA** e atingiu os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- II. Conceito B – A aprendizagem do aluno foi **PARCIALMENTE PLENA** e atingiu os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- III. Conceito C – A aprendizagem do aluno foi **SUFICIENTE** e atingiu os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV. Conceito D – A aprendizagem do aluno foi INSUFICIENTE e não atingiu os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino. Os conceitos deverão ter emissão após término de cada componente.

São requisitos para aprovação nas componentes curriculares:

- I. Obtenção dos conceitos finais A (Aprendizagem Plena), B (Aprendizagem Parcialmente Plena) ou C (Aprendizagem Suficiente), no componente curricular e;
- II. Frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) da carga horária total no componente curricular.

Conforme estabelecido pela Resolução n.º 50 de 2017, todos os discentes têm direito a recuperação de sua aprendizagem e, como efeito, do conceito a ela atribuído. A oferta da recuperação será de maneira paralela e contínua, cedida tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem. De acordo com a resolução supracitada, a recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a alteração do conceito atribuído nas atividades regulares.

A oferta da recuperação é responsabilidade do docente e cabe a equipe gestora juntamente com os(as) professores(as) das disciplinas organizar horário compatível com o discente para a oferta dos processos de recuperação de aprendizagem, principalmente, para os alunos de baixo rendimento. É recomendável que o docente oportunize processos avaliativos de recuperação diferenciados, de modo que os estudantes que, em primeiro momento apresentaram dificuldades, possam apreender os conhecimentos e expressá-los por meio de diferentes abordagens.

Do mesmo modo que ocorre no processo avaliativo regular, a recuperação pode e, recomenda-se, utilizar-se de ambas as modalidades de ensino – presencial e a distância –, sempre priorizando as necessidades e demandas do alunado, visando sempre a sua plena formação e o seu desenvolvimento.

Para conclusão do curso e obtenção do certificado de especialista, o estudante deverá ser aprovado nas componentes propostas e oficinas de ensino-aprendizagem que totalizam 360h, além da elaboração do trabalho de conclusão de curso e ser aprovado mediante banca de avaliação. Caso o estudante não cumpra algum desses requisitos, fará jus ao certificado de aperfeiçoamento,

referente às componentes curriculares cursadas e com conceitos conforme requisitos para aprovação.

Gestantes, ou estudantes que necessitem de tratamento médico, em acordo com a legislação vigente, que apresentem necessidade de atendimento específico, serão atendidas mediante plano de ensino individualizado e específico, adaptado às particularidades da situação. Ainda assim, o estudante que se encontra em tal situação continua sujeito aos mesmos requisitos de avaliação e aprovação, devendo realizar atividades avaliativas propostas e cumprir com os requisitos de cada componente curricular.

De acordo com a Resolução 55 de 2011, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso. No curso de Pós-graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade de aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos de Pós-graduação, sendo vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de análise será composta de professores do colegiado do curso, por meio de portaria. O coordenador designará, no mínimo dois professores e no máximo três professores, que farão a avaliação, seguindo os seguintes critérios:

- I. Correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados;
- II. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;
- III. Ter logrado êxito na disciplina previamente cursada e utilizada para o aproveitamento.

Quando for considerado necessário, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria acadêmica do Campus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

Por fim, para evitar a evasão no curso, propomos ações conjuntas para acompanhamento e controle, por meio de estratégias entre os coordenadores do curso, colegiado e SEPAE, considerando o caráter multifatorial que pode ter levado o estudante à evasão.

8. RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Levando em conta a natureza proposta pela presente Pós-graduação e partindo do pressuposto de que o aluno inscrito na Pós-graduação já atue na área da educação, a relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação será estruturada a partir de três frentes: a atualização da atuação profissional e científica dos discentes frente à implementação de novos documentos políticos educacionais e suas alterações no processo escolar; a atualização instrumental e conceitual da participação discente no debate das novas concepções em torno dos processos de ensino e aprendizado; a complementação da formação dos profissionais da educação, considerando a ampliação de “habilidades e competências” que ele deverá ofertar e que (provavelmente) não lhe foram transmitidas em sua primeira formação.

9. GRUPOS DE PESQUISA

9.1 Nome: PITECO – Pesquisa em Inovações Tecnológicas e Ensino de Ciências

9.2 Situação:

(X) certificado pelo CNPq

() Cope

9.3 Linhas de pesquisa: Ensino e aprendizagem para educação técnica

‡ Pesquisadores vinculados: Adriano José Ortiz; José Eduardo Pimentel Filho

10. PERFIL DO EGRESSO

De maneira geral, o egresso da Pós-graduação lato sensu Abordagens contemporâneas para a educação básica deverá apresentar formação científica e profissional que o possibilite compreender, utilizar e participar dos debates contemporâneos a respeito das concepções contemporâneas da educação e da implementação de documentos norteadores. Concomitantemente, ao fim do curso é esperado que o egresso apresente capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas da área da educação, considerando seus aspectos técnicos, econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais,

com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade; e que tenha a capacidade de compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilização racional e afetiva dos recursos disponíveis e dos contextos vivenciados.

Espera-se ainda do egresso a capacidade de adaptação, de modo flexível, às novas situações e desafios, considerando o cenário de implementação de novos documentos políticos educacionais, bem como os problemas que daí decorrerão. Mais especificamente, espera-se que o egresso tenha atualizado os seus referenciais de suas áreas de formação bem como suas estratégias didático-metodológicas. Além disso, tenha conhecimento e domínio de abordagens contemporâneas para o ensino de seus conteúdos, possuindo uma leitura crítica de documentos políticos educacionais que regem a educação no país, possuindo a capacidade de implementá-los na realidade de seu trabalho de forma crítica-reflexiva.

11. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE¹**11.1 Docentes e componentes curriculares**

Nome completo	Formação	Titulação	Lotação ou instituição de origem	Componente curricular	Carga horária	Curriculum lattes atualizado
Adriano José Ortiz	Física	Doutorado	Campus Ivaiporã	A BNCC e o currículo	60h	http://lattes.cnpq.br/3183115906523683
				Teoria e prática para o ensino de Física	60h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h	
Fausto Neves Silva	Física	Mestrado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Física	60h	http://lattes.cnpq.br/8114306623819424
				Seminários de Pesquisa	30h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h	
Fernando Bruno Antonelli Molina Benites	Língua Portuguesa Inglês	Doutorado	Campus Ivaiporã	Oficina de Ensino-Aprendizagem I – Linguagens, Códigos e suas tecnologias	30h	http://lattes.cnpq.br/7343217484621503
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II – Linguagens, Códigos e suas tecnologias	60h	

¹ Reitere-se que apesar de constar mais de um docente em determinados componentes curriculares, efetivamente, haverá somente um responsável em cada turma. Isso ocorre devido ao atrelamento da oferta de componentes à disponibilidade docente no período de realização do curso.

Henrique Fernandes Alves Neto	Ciências Sociais	Doutorado	Campus Ivaiporã	A BNCC e o currículo	60h	http://lattes.cnpq.br/0422531962673004
				Teoria e prática para o ensino de Sociologia	60h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências Humanas e suas tecnologias	30h	
João Vitor Fagundes	Química	Mestrado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Química	60h	http://lattes.cnpq.br/3870766110420696
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	60h	
José Eduardo Pimentel Filho	Filosofia	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Filosofia	60h	http://lattes.cnpq.br/6496978246823835
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências Humanas e suas tecnologias	60h	
Juliana Moratto	Língua Portuguesa e Língua Espanhola	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Português	60h	http://lattes.cnpq.br/1848043444598039
				Teoria e prática para o ensino de Espanhol	60h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I – Linguagens, Códigos e suas tecnologias	30h	
Leonardo Carvalho de Souza	Pedagogia Serviço Social	Mestrado	Campus Ivaiporã	A BNCC e o currículo	60h	http://lattes.cnpq.br/6790983784284836
				Metodologia de pesquisa	30h	
				Seminários de Pesquisa	30h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências Humanas e suas tecnologias	60h	

Lucas César Frediani Sant'Ana	Geografia	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Geografia	60h	http://lattes.cnpq.br/3391123151580938
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências Humanas e suas tecnologias	30h	
Mairus Antonio Prete	Língua Portuguesa	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Português	60h	http://lattes.cnpq.br/750789314502958
Marco Antonio Lima Rizzo	Educação Física	Doutorado	Campus Ivaiporã	Seminários de pesquisa	30h	http://lattes.cnpq.br/7826883450540291
				Teoria e prática para o ensino de Educação Física	60h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II – Linguagens, Códigos e suas tecnologias	60h	
Nathália Cristina Ortiz da Silva	Matemática	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Matemática	60h	http://lattes.cnpq.br/7200636848542548
				Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h	
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	60h	
Paulo Roberto Kruger	História	Mestrado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de História	60h	http://lattes.cnpq.br/0126972437552018
				Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências Humanas e suas tecnologias	60h	
Sonia Maria da Costa Mendes	Artes e Pedagogia	Doutorado	Campus Ivaiporã	A BNCC e o currículo	60h	http://lattes.cnpq.br/1404198202901818
				Teoria e prática para o ensino de	60h	

				Artes Oficina de Ensino-Aprendizagem I – Linguagens, Códigos e suas tecnologias	30h	
Tais Muller	Engenharia Ambiental	Mestrado	Campus Ivaiporã	Metodologia de pesquisa Teoria e prática para o ensino de Geografia Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h 60h 30h	http://lattes.cnpq.br/7123459847724379
Thiago Queiroz Costa	Física	Doutorado	Campus Ivaiporã	Teoria e prática para o ensino de Física Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	60h 30h 60h	http://lattes.cnpq.br/743684897636542
Thiago Vinícius Moreira Guimarães	Física	Doutorado	Campus Ivaiporã	Metodologia de pesquisa Seminários de pesquisa Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h 30h 60h	http://lattes.cnpq.br/0126972437552018
Vinicius Machado Martinez	Matemática	Doutorado	Campus Ivaiporã	Oficina de Ensino-Aprendizagem I - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias Oficina de Ensino-Aprendizagem II - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	30h 60h	http://lattes.cnpq.br/5513973437539808

11.2 Experiência e/ou formação dos docentes com a Educação a Distância

Nome completo	Experiência	Período / Carga horária
Adriano José Ortiz	Aplicação de um curso de formação continuada: “Origens”	2022 / 30 horas
	Cursos realizados no âmbito da Educação a Distância:	
	Metodologias ativas de ensino 1ª Edição - Formação Mycelium – UFPR	2022 / 30 horas
	Ferramentas Tecnológicas - Kahoot! e Mentimeter ENAPE	2021 / 5 horas
Mairus Antonio Prete	Cursos realizados no âmbito da Educação a Distância:	
	Graduação - segunda graduação em Língua estrangeira moderna / espanhol	2019 / 20h semanais
Sonia Maria da Costa Mendes	Professora do curso de Pedagogia na modalidade EaD ofertado pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	2003 – 2009 / 10 horas semanais (média anual)
	Responsável pelas avaliações dos cursos de graduação e licenciatura em Pedagogia na modalidade EaD ofertado pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	1998 – 2015 / 10 horas semanais (média anual)
Thiago Queiroz Costa	Orientador de especialização EaD em Ensino de Biologia	2019
	Professor formador no curso EaD Ciência é 10! pela Universidade Estadual de Londrina	2020 – 2021 / 90 horas
	Orientador no curso de especialização Ciência é 10! do IFAP	2024
	Orientador no curso de especialização em Ensino de Ciências da UFMG	2024

Conforme apresentado, atualmente o colegiado é formado somente por servidores da carreira docente do IFPR. Caso, futuramente, haja inclusão de docentes visitantes e colaboradores, a atuação dos mesmos será orientada com base na Resolução Consup/IFPR nº42, de 17 de dezembro de 2020.

12. MATRIZ CURRICULAR

Componentes curriculares			Tipo de disciplina: obrigatória ou eletiva	Carga horária (h)/Créditos
Núcleo de formação	Disciplina	Docente(s) responsável(eis)		
Formação geral	Metodologia de Pesquisa	Leonardo Carvalho de Souza Tais Muller Thiago Vinícius Moreira Guimarães	Obrigatória	30h / 2 créditos
Formação geral	Seminários de Pesquisa	Fausto Neves Silva Leonardo Carvalho de Souza Marco Antonio Lima Rizzo Thiago Vinícius Moreira Guimarães	Obrigatória	30h / 2 créditos
Formação geral	A BNCC e o currículo	Adriano José Ortiz Henrique Fernandes Alves Neto Leonardo Carvalho de Souza Sonia Maria da Costa Mendes	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Artes	Sonia Maria da Costa Mendes	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Educação Física	Marco Antonio Lima Rizzo	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Espanhol	Juliana Moratto	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Filosofia	José Eduardo Pimentel Filho	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Física	Adriano José Ortiz Fausto Neves Silva Thiago Queiroz Costa	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Geografia	Lucas César Frediani Sant'Ana	Obrigatória	60h / 4 créditos

		Tais Mullher		
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de História	Paulo Roberto Kruger	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Matemática	Nathália Cristina Ortiz da Silva	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Português	Juliana Moratto Mairus Antonio Prete	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Química	João Vitor Fagundes	Obrigatória	60h / 4 créditos
Formação específica	Teoria e prática para o ensino de Sociologia	Henrique Fernandes Alves Neto	Obrigatória	60h / 4 créditos
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	Adriano José Ortiz Fausto Neves Silva Nathália Cristina Ortiz da Silva Tais Muller Thiago Queiroz Costa Vinicius Machado Martinez	Eletiva	30h / 2 créditos
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências Humanas e suas tecnologias	Henrique Fernandes Alves Neto Lucas César Frediani Sant'Ana	Eletiva	30h / 2 créditos
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem I: Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Juliana Moratto Fernando Bruno Antonelli Molina Benites Sonia Maria da Costa Mendes	Eletiva	30h / 2 créditos
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias	João Vitor Fagundes Nathália Cristina Ortiz da Silva Thiago Queiroz Costa Thiago Vinícius Moreira Guimarães Vinicius Machado Martinez	Eletiva	60h / 4 créditos
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências Humanas	José Eduardo Pimentel Filho	Eletiva	60h / 4 créditos

	e suas tecnologias	Leonardo Carvalho de Souza Paulo Roberto Kruger		
Práticas pedagógicas	Oficina de ensino-aprendizagem II: Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Fernando Bruno Antonelli Molina Benites Marco Antonio Lima Rizzo	Eletiva	60h / 4 créditos
Carga horária total do núcleo				360h / 24 créditos
Formação teórico-prática	Elaboração de TCC		Obrigatória	60h / 4 créditos
Carga horária total do curso				420h / 28 créditos

13. EMENTAS

Componente curricular: Metodologia de pesquisa

1. Carga horária: 30h / 2 créditos

2. Ementa

Concepções teóricas e metodológicas acerca da pesquisa científica. Tipos de pesquisa; estratégias e etapas de elaboração. Construção de um projeto de pesquisa. A pesquisa aplicada ao ensino e à educação.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Conhecer e compreender os fundamentos teórico-filosóficos, metodológicos e as técnicas de pesquisa, além de sua aplicação no ensino.

3.2. Específicos:

3.2.1. Compreender o processo de construção da ciência;

3.2.2. Entender os significados da pesquisa no contexto do ensino; Identificar os diferentes métodos de pesquisa;

3.2.3. Compreender os métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa em ensino;

3.2.4. Analisar e compreender as etapas de um projeto de pesquisa.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de compreender os processos científicos e metodológicos que pautam a pesquisa na área de ensino e sejam capazes de construir um projeto de pesquisa. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Construção e entrega de Projeto de Pesquisa: Deve ser feito e entregue em formato digital (PDF) contendo; Capa, Folha de Rosto, Sumário, Resumo, Introdução, Problema de Pesquisa, Objetivos, Justificativa, Metodologia, Cronograma, Orçamento, Referências e Anexos, caso necessário. Podendo o docente realizar as alterações que achar necessário.

5. Referências

5.1. Básicas:

ALVES-MAZOTTI, A. e GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Pioneira, 1998, 203p.

ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, M. A., Metodologias de pesquisa em ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física 83, 2011.

ALVES, R. Filosofia da ciência. São Paulo: Brasiliense, 1987
 MARCONI, M.; LAKATOS, E. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
 5.2. Complementares:
 ENGERS, M.E. (Org.) Paradigmas e metodologias de pesquisa em Educação: notas para reflexão. Porto Alegre: PUCR-RS, 1994, p. 103- 111.
 FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004.
 ECO, H. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1998.
 MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.
 MOREIRA, M.A. A pesquisa em educação em ciências e a formação permanente do professor de ciências. Educação científica, p. 71-80 (Universidade de Alcalá, 1999).

Componente curricular: Seminários de pesquisa

1. Carga horária: 30h / 2 créditos

2. Ementa

Pesquisas atuais em Educação e Ensino; Processos Inclusivos e BNCC; Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Compreender os caminhos da educação brasileira frente à implantação, pressupostos pedagógicos e inclusivos da BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Conhecer as pesquisas desenvolvidas em desenvolvimento relacionadas a BNCC;

3.2.2. Verificar os processos inclusivos e os direitos humanos frente ao novo modelo de organização curricular;

3.2.3. Analisar o papel das novas tecnologias na educação contemporânea.

4. Métodos de avaliação

É necessário que o aluno saiba pesquisar, selecionar, avaliar, organizar e apresentar as informações coletadas. Serão exploradas fontes de pesquisas confiáveis para identificar os estudos mais recentes relacionados aos aspectos positivos e negativos da BNCC; avanços e recuos na implementação da Lei nas escolas públicas.

Também serão considerados os estudos sobre os processos inclusivos e tecnológicos a partir da implementação da BNCC.

A verificação da aprendizagem será contínua, por meio da observação, entrega de atividades, reflexões críticas, participação nas aulas, colaboração em pesquisas diversas.

Quanto ao processo avaliativo, pautamo-nos em articular teoria e prática, envolvendo o engajamento durante o processo. Assim, propõe-se atividades de pesquisas, debates, aplicações em situações reais de ensino e aprendizagem, apresentações de resultados, atividades em equipe, entre outros, desde que, possam contribuir para evidenciar uma aprendizagem significativa.

A avaliação da aprendizagem, terá como critérios:

- Apresentar domínio das ferramentas de pesquisas/buscas;
- Apresentação de pesquisas solicitadas;
- Compreensão crítica e reflexiva sobre os conteúdos (fala e escrita);
- Pontualidade nas entregas.

5. Referências

5.1. Básicas:

CASTRO, Claudio de Moura. A Prática da Pesquisa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas 2012.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 2011.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa – Caminhos da Ciência e Tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

5.2. Complementares:

BARROS, A. J. S., LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Componente curricular: A BNCC e o currículo

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

Fundamentos legais da BNCC e do currículo no contexto escolar. Fundamentos pedagógicos da BNCC e do currículo no contexto escolar. BNCC, Currículo e Projeto Político Pedagógico das redes e sistemas de ensino.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Analisar os fundamentos da formulação e da implementação de currículos e de projetos político-pedagógicos à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

3.2. Específicos:

3.2.1. Refletir sobre as definições de currículo no contexto escolar;

3.2.2. Analisar os fundamentos legais e pedagógicos da BNCC;

3.2.3. Discutir a questão das propostas curriculares dos estados e municípios brasileiros – atualmente, em formulação ou em fase de implementação;

3.2.4. Avaliar a relevância e a necessidade de revisão dos PPP das escolas, à luz dos novos normativos nacionais e locais.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina. Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de História que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo do componente.

Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos;
- Entrega escrita de uma síntese dos argumentos: apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes. Índícios de plágio implicará na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos

- propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

5.2. Complementares:

BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F;

CANAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOREIRA, A. F; CANAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Artes

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

O ensino de Arte e a BNCC; Metodologias Ativas para o ensino das Linguagens Artísticas (artes visuais, música, teatro e dança); Interrelações entre Arte e Ciências (experiências na fotografia, cinema e cinética); Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) e a cultura visual. Experimentações artísticas.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Apresentar possibilidades de práticas pedagógicas pautadas nas Metodologias Ativas, significativas, interdisciplinares e inclusivas.

3.2. Específicos:

3.2.1. Verificar as propostas da BNCC para o ensino de Arte na Educação Básica;

3.2.2. Evidenciar as Metodologias Ativas e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem;

3.2.3. Avaliar as possibilidades integradoras no processo pedagógico em Arte com os demais componentes curriculares;

3.2.4. Conhecer as diretrizes do DUA e as possibilidades inclusivas;

3.2.5. Realizar experiências artísticas e estéticas.

4. Métodos de avaliação

As aulas serão de natureza expositiva e dialogadas com realização de atividades experienciais e com uso de tecnologias educacionais.

A disciplina possui caráter teórico-prático de forma a envolver e engajar o estudante nas atividades propostas. Concebe-se a ideia de um estudante (professor ou futuro professor) com autonomia para fazer escolhas frente aos caminhos a serem trilhados e o papel do professor de mediar os processos, orientá-lo e conduzi-lo para a construção de saberes que possam contribuir para a qualidade do ensino de forma significativa.

As novas tecnologias educacionais serão utilizadas como ferramentas para a condução do processo educativo e não como um fim em si mesmas.

Os conteúdos propostos têm o intuito de contribuir para que o estudante seja capaz de refletir, elaborar e reelaborar sua percepção de mundo acerca da educação e da arte, bem como, agir estrategicamente com as diferentes linguagens, promover ações criativas e diversificadas, compreendendo que cada indivíduo possui suas próprias especificidades e diferentes maneiras de aprender.

Quanto ao processo avaliativo, pautamo-nos em articular teoria e prática, envolvendo o engajamento durante o processo. Assim, propõe-se atividades de pesquisas, debates, aplicações em situações reais de ensino e aprendizagem, experimentações artísticas integradas, articulações interdisciplinares, emissão de relatórios, apresentações de resultados, atividades em equipe, entre outros, desde que, possam contribuir para evidenciar uma aprendizagem significativa.

5. Referências

5.1. Básicas:

ARGAN, G. C. Arte moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. BARBOSA, A. M. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BARROS, L. R. M. Cor no processo criativo: um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe. Ed. Senac, 2010.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho necessário. Rio de Janeiro, n. 3, v. 3, p. 1-20, 2005. UFF.

FERRAZ, M.H. C.T.; FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2009.

HERNÁNDEZ, F. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

KOSSOY, B. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014. KUBRUSLY, C. A. O que é fotografia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006. MARTINS, M. C. Mediação: provocações e estética. São Paulo: instituto de artes. Pós-Graduação, v.1, n.1, 2005.

MARTINS, R.; TOURINHO, I. (Orgs.). Educação na cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2009.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORIN, E. C. E.; MOTTA, R. D. Educar na era planetária. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2007.

PHILIP, K. Tudo sobre cinema. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2011. PILLAR, A. D. A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 2001.

RAMOS, M. Conhecimento e competência: (não) está na hora de mudar seus conceitos. Revista do ensino médio, MEC, Brasília, 1 (2), out./nov. 2003.

ROSSI, M. H. W. Imagens que falam: leitura da arte na escola. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SANTAELLA, L. Leitura de Imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

5.2. Complementares:

BARTHES, R. A câmera clara: notas sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BETTON, G. Estética do cinema. São Paulo: Martins Fontes, 1987. BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

ORLANDI, E. P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. O discurso. Campinas: Pontes, 2015.

SCHENEIDER, B. Design: uma introdução: o design no contexto social, cultural e econômico. Blücher, 2010.

SILVA, R. M; ANDRIONI I; MACHADO, I. F. Ensino Médio Integrado: acirrar contradições e abrir brechas. Revista labor edição especial. Fortaleza/CE - 2017.

TIRAPELI, P. Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios - século 20 e 21 (Coleção Arte Brasileira), 2010.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Educação Física

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

Diversidade histórica da Educação Física brasileira. Conteúdos e especificidade da Educação Física

escolar. Educação Física e os temas articuladores (transversais). Análise das correntes pedagógicas no ensino de Educação Física. Metodologias do ensino de Educação Física.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Possibilitar novas mediações das teorias pedagógicas da prática docente no ensino de Educação Física.

3.2. Específicos:

3.2.1. Promover discussões, análises e catarses sobre a BNCC e a proposta para Educação Física;

3.2.2. Fomentar capacidade analítica para reorganizar o ensino de Educação Física;

3.2.3. Identificar os principais eixos articulares da Educação Física com a sociedade contemporânea;

3.2.4. Estudar metodologias no ensino de Educação Física;

3.2.5. Discutir proposição de incursões atividades articuladas com os conteúdos específicos da Educação Física.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da dialética materialista, que a partir dos princípios de “unidade” (ou totalidade), da “negação” e transformação (mudança qualitativa), bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Educação Física, propostos ou não na BNCC, consigam vislumbrar as contradições implícitas nos conteúdos e criar mediações fundamentadas em metodologias do ensino de Educação Física. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica ou da Teoria Histórico-Cultural; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

AZEVEDO, F. Da educação física: O que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

MARINHO, I. P. História geral da educação física. São Paulo, SP: Cia Brasil Editora, 1984.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo, SP: Boitempo, 2007

MELLO, R. A. Necessidade histórica da educação física na escola: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

RAMOS, J.J. exercícios física na história e na arte. IBRASA, 1983. TONET, I. Educação, cidadania e

emancipação humana. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.

TUMOLO, P. O trabalho como princípio educativo e o trabalho na forma social do capital. Revista Educação & Sociedade. n.26, 2005.

5.2. Complementares:

BRACHT, V. Educação física & ciência: Cenas de Um Casamento (In)Feliz. Ijuí, RS: Editora Unijuí, (Coleção Educação Física), 2003.

CASTELLANI FILHO, L. Educação física no brasil: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1991.

FREIRE, J. Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física. São Paulo, SP: Scipione, 1997

GONZÁLEZ, F. J. FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário crítico de educação física. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2014.

KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2010.

MEDINA, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo... e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física. Campinas: Papirus, 1987

SOARES, C. L. Educação Física: Raízes Européias e Brasil. Campinas SP: Editora Autores Associados, 1994.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E., CASTELLANI, L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2009.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Espanhol

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

Leitura e produção em gêneros textuais/discursivos, foco nos gêneros orais. Estudo das aplicabilidades sociolinguísticas no ensino de Espanhol como Língua Estrangeira. Percepção e atitudes linguísticas frente às variedades do espanhol europeu x latinoamericano. Sequência didática para o ensino de Língua Espanhola. Análise de material didático e uso de novas tecnologias de ensino. Interculturalidade nas aulas de E/LE.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Oportunizar a formação e capacitação de professores para atuação docente.

3.2. Específicos:

3.2.1. Buscar novas tendências de construção do conhecimento, de referenciais teóricos da educação e de metodologias de ensino de Língua Espanhola a partir dos gêneros textuais/discursivos como objeto de ensino;

3.2.2. Fomentar pesquisas na área de ensino da Língua Espanhola pela análise de materiais didáticos e discussão sobre as novas tecnologias de ensino;

3.2.3. Fomentar pesquisa sociolinguística na área de ensino da Língua Portuguesa a partir da leitura e análise de artigos científicos;

3.2.4. Proporcionar uma experiência prática para a aplicação dos gêneros orais em língua estrangeira;

3.2.5. Refletir sobre os comportamentos linguísticos por intermédio da interculturalidade nas aulas de E/LE.

4. Métodos de avaliação

A avaliação seguirá as normas da Avaliação Formativa, englobando ferramentas de produção inicial e final, autoavaliação, debates e discussões, reflexões individuais e em grupo. Para tanto será necessário o uso de buscadores da internet e aplicativos/programas de edição de texto, entre outros recursos digitais.

5. Referências

5.1. Básicas:

ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no Cotidiano Escolar. In: FAZENDA, I (Org.). Metodologia da Pesquisa

Educacional. São Paulo: Cortez, 1997. BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística e educação. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

CALVET, L. J. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p.95-128.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. da C. V. de O.; AQUINO, Z. G. O. de. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. Tópicos em linguística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, 2008. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SERRANI, S. Discurso e cultura na aula de língua. Currículo– Leitura– Escrita. Campinas: Pontes, 2005.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

5.2. Complementares:

BASTOS, L. C.; STORTO, L. J. Modelo teórico do gênero discursivo oral entrevista telejornalística. In: SCOPARO, T. R. M. T. et al. Estudos em linguagens: diálogos linguísticos, semióticos e literários. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015, p.13-40.

CRISTÓVÃO, V. (Org.). O livro didático de língua estrangeira: múltiplos olhares. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GARCÍA SANTA CECILIA, A. El currículo de español como lengua extranjera. Madrid, Edelsa, 1995.

HORA, D. (org). Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade. João Pessoa: 2004.

KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

LEFFA, V. J. Produção de materiais de ensino: prática e teoria. Pelotas: Educat, 2008.

MELERO ABADÍA, P. Métodos y enfoques en la enseñanza/aprendizaje de E/LE. Madrid: Edelsa, 2000.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. Gêneros Textuais: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: Edusc, 2002.

SÁNCHEZ PÉREZ, A. Enseñanza y aprendizaje en la clase de idiomas. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 2004.

ZANI, J. B. A comunicação oral em eventos científicos: uma proposta de modelização para a elaboração de sequências didáticas. 2017. 303f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade São Francisco. Itatiba, 2018.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Filosofia

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Filosofia na BNCC. Encontrando a Filosofia entre a “religião” e a dita “filosofia de vida” na BNCC. Breve História da Filosofia. O saber filosófico como prática cotidiana e como instrumento intelectual.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Discutir o papel da Filosofia na BNCC, no ensino e na vida dos estudantes.

3.2. Específicos:

3.2.1. “A Filosofia não serve para nada, logo serve para tudo”. O “utilitarismo” da filosofia;

3.2.2. Os modos de ensinar Filosofia: cronologicamente, conceitualmente ou híbrido;

3.2.3. Como não desfigurar o conhecimento filosófico ao ensiná-lo.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Física que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo da componente. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafaseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos à Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MARCONDES, D; JAPIASSÚ, H. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

5.2. Complementares:

MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia: Dos pré-socráticos à Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTISERI, D.; REALE, G. Filosofia: Antiguidade e Idade Média (Volume 1). São Paulo: Paulus, 2017.

ANTISERI, D.; REALE, G. Filosofia: Idade Moderna (Volume 2). São Paulo: Paulus, 2018.

ANTISERI, D; REALE, G. Filosofia: Idade Contemporânea (Volume 3). São Paulo: Paulus, 2018.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Física

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Física na BNCC. Física e Interdisciplinaridade. Construtivismo e Ensino de Física. Abordagens investigativas para o Ensino de Física. História e Filosofia da Ciência no ensino de Física. Metodologias ativas no Ensino de Física. Abordagem STEAM.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Discutir e desenvolver estratégias para o ensino de Física que atendam a proposta da BNCC, a partir

de referenciais da didática da Ciência.

3.2. Específicos:

3.2.1. Identificar habilidades e competências propostas pela BNCC que possam ser Analisar o papel da interdisciplinaridade no Ensino de Física a partir da ótica da Didática da Ciência;

3.2.2. Debater abordagens contemporâneas para o Ensino de Física;

3.2.3. Vinculadas ao Ensino de Física;

3.2.4. Construir propostas de ensino fundamentadas nas abordagens discutidas no curso.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Física que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo da componente. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo).

Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação.

Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento

lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe).

Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta.

Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CACHAPUZ, A. et al. A emergência da didática das ciências como campo específico do conhecimento. Revista portuguesa de educação, v.14, n.1, p.155-195, 2001.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80p. Disponível em:

https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view Acesso: 03 Janeiro 2022.

5.2. Complementares:

GARCÍA-CARMONA, A. Investigación en didáctica de la Física: tendencias actuales e incidencia en la formación del profesorado. Latin american journal physics education, v.3, n.2, p.369-375, 2009.

GIL PÉREZ, D. et al. Para uma imagem não deformada do Trabalho Científico. Ciência & Educação, v.7, n.2, p.125-153, 2001.

QUEIROZ, S. L.; CABRAL, P. F. O. (org.). Estudos de caso no ensino de ciências naturais. São Carlos, SP: Art Point Gráfica e Editora. 2016. 116p. Disponível em: https://sites.usp.br/cdcc/wp-content/uploads/sites/512/2019/06/2016-Estudos_de_Caso.pdf. Acesso: 03 Janeiro 2022.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Geografia

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

O ensino da Geografia a partir da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e seus desdobramentos. O espaço geográfico sob uma perspectiva pedagógica. A ludicidade no ensino da geografia. As competências e habilidades desenvolvidas no ensino de geografia para a Educação Básica.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Capacitar profissionais do ensino para a geografia do século XXI e suas implicações em sala de aula.

3.2. Específicos:

3.2.1. Aplicar as novas metodologias de ensino para o ensino de Geografia;

3.2.2. Discutir as implicações da BNCC;

3.2.3. Abordar novas metodologias e novas linguagens no ensino de Geografia.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Física que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo da componente. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

COLANGELO, Antonio Carlo. Geografia Física, Pesquisa e Ciência Geográfica. In.: GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, Nº 16, pp. 09 - 16, 2004.

CONTI, José Bueno. Resgatando a "Fisiologia da Paisagem", IN.: Revista do Departamento de Geografia – FFLCH-USP. 14 (2001) 59-68.

ENDLICH, Angela Maria e MENDES Cesar Miranda (Orgs.). Construindo o Saber Geográfico. Maringá: Eduem, 2011.

MORIN, E. Imaginários da Educação: por uma reforma da Universidade e do pensamento. Revista Famecos, v. 4, n. 6, p. 17– 20, 1997.

5.2. Complementares:

AB'SÁBER Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza e outros (Orgs.). Geografia: temas e reflexões. Maringá: Eduem, 2015.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: ciência humana. São Paulo: Contexto, 1989.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Relevo Brasileiro: uma proposta de classificação. In.: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Praticando Geografia – técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de História

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas repercussões no Ensino de História. Finalidades da educação e do ensino de História. A crise das tradições historiográficas clássicas e a historiografia do século XXI. Situações de ensino-aprendizagem e a ação pedagógica. A diversidade de conteúdos escolares no ensino de história e as sequências didáticas. Estratégias narrativas e procedimentos teóricos de interpretação dos fenômenos históricos. O ensino de história e a diversidade de linguagens no trabalho com documentos em situações escolares.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Formar profissionais críticos e capacidade de analisar, refletir e intervir no ensino de História.

3.2. Específicos:

3.2.1. Analisar as potencialidades do uso de estratégias narrativas como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e escolar e os saberes vividos e práticas sociais;

3.2.2. Avaliar as possibilidades de uso de diferentes fontes, linguagens e novas tecnologias no Ensino de História;

3.2.3. Experimentar o uso de fontes documentais através da metodologia de aulas-oficina, produzindo materiais autorais de História que sejam adequados ao uso em aulas presenciais e não presenciais.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina. Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de História que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo do componente.

Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes. Indícios de plágio implicará na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BURKE, P. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da história. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1990.

5.2. Complementares:

ANKERSMITH F. A escrita da história. A natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

ARENDRT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2016. DROYSEN, J. G. Manual de teoria da história. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

HARTOG, F. Regimes de historicidade. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JEKINS, K. A história repensada. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

LE GOFF, J; NORA, P. (orgs.), História. Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 3 vols.

NICOLAZZI, F.; MOLLO, H. M; ARAUJO, V. L. (orgs.). Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

NICODEMO, T.; SANTOS, P. A.; PEREIRA, M. H. Uma introdução à história da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018. RICOEUR, P. Memória, história e esquecimento. Campinas (SP): SP. Ed Unicamp, 2007.

THOMSPON, E. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. RJ, Zahar Ed, 1981.

TROUILLOT, M.R. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

WHITE, H. Trópicos do discurso. São Paulo: Ed. Unesp: 2001.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Matemática

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Matemática na BNCC. Matemática e Interdisciplinaridade. Abordagens pedagógicas no Ensino de Matemática. História e Filosofia da Matemática no Ensino de Matemática. Estudo sobre papel da pesquisa em Ensino de Matemática e seus impactos na prática pedagógica.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Discutir e desenvolver estratégias para o ensino de Matemática que atendam a proposta da BNCC, a partir dos referenciais pré estabelecidos.

3.2. Específicos:

3.2.1. Identificar habilidades e competências propostas pela BNCC que possam analisar o papel da interdisciplinaridade no Ensino de Matemática;

3.2.2. Debater abordagens pedagógicas referentes ao Ensino de Matemática;

3.2.3. Construir propostas de ensino fundamentadas nas abordagens discutidas no curso.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Matemática que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo do componente. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);

- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BROUSSEAU, G. Introdução ao estudo da teoria das situações didática: conteúdos e métodos de ensino. São Paulo: Ática, 2008.

BRUN, J. Didática das Matemáticas. Coleção: Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ALMOULOU, Saddo Ag. Fundamentos da Didática da Matemática. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

5.2. Complementares:

CURY, H. N. Análise de erros: o que podemos aprender com as respostas dos alunos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, S. A. D. [et al]. Educação Matemática: uma (nova) introdução. 3. ed. Revista. São Paulo: EDUC, 2008.

MACHADO, S. (Org.). Aprendizagem em matemática. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

COURANT, R.; ROBBINS, H. O que é Matemática? Tradução: Adalberto S. Brito, Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2000.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Português

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa e Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Análise de problemas do ensino tradicional da língua portuguesa. Objetivos do ensino de língua materna. O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa: considerações de ordem teórico-metodológica. Gramática internalizada, descritiva e normativa. Competência gramatical e competência comunicativa. Língua padrão real e língua padrão ideal. Tipos de atividades no ensino da língua: descrição e uso. Análise e produção de material didático.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Contribuir com subsídios teóricos e práticos para ensino-aprendizagem de língua portuguesa no ensino fundamental e médio.

3.2. Específicos:

3.2.1. Analisar problemas e objetivos atuais do ensino da língua portuguesa nos níveis fundamental e médio, à luz da Base Nacional Curricular Comum (BNCC);

3.2.2. Identificar os principais conceitos teórico-metodológicos de ensino-aprendizagem da língua portuguesa;

3.2.3. Distinguir gramática internalizada, descritiva e normativa, e especificar as implicações desses

conceitos no ensino da língua materna;

3.2.4. Determinar a função do ensino da língua portuguesa no desenvolvimento das competências gramatical e comunicativa;

3.2.5. Exemplificar divergências entre a língua portuguesa padrão real do Brasil e a língua portuguesa padrão tal como apresentada nos compêndios gramaticais;

3.2.6. Interpretar criticamente a gramática normativa;

3.2.7. Empregar o conhecimento adquirido na produção de materiais didáticos de diferentes tipos.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará nas resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada;
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais. Índícios de plágio implicará na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema;
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegamos na escola, e agora?: Sociolinguística e educação. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. et al. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. da C. V. de O.; AQUINO, Z. G. O. de.

Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2007.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M, (org). Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola.

MATOS E SILVA, R. “O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, S. Um programa mínimo. IN: BAGNO, M. (org). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

5.2. Complementares:

BAGNO, M. Preconceito linguístico – o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2000.
 BAGNO, M. Português ou Brasileiro? Um Convite à Pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001
 CLEMENTE, E. e KIRST, M. (orgs.). Linguística aplicada ao ensino de português. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
 GERALDI, J. W (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1995. LUFT, C. P. Língua e liberdade. São Paulo: Ática, 1993.
 NEVES, M. H. M. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 1990. PERINI, M. A. Para uma nova gramática do português. São Paulo: Ática, 1985.
 PERINI, M. A. Sofrendo a gramática – ensaios sobre a linguagem. São Paulo: Ática, 1999.
 SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1990.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Química

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Química na BNCC. Cotidiano e contextualização no ensino de Química. Experimentação no ensino de Química. Uso de tecnologias em sala de aula. O ensino de química em uma perspectiva CTSA. Uso de recursos audiovisuais. Densidade e gravidade semântica no discurso do professor em sala de aula. Obstáculos epistemológicos na construção de conhecimentos químicos.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Possibilitar um aprimoramento da prática docente no ensino de química.

3.2. Específicos:

3.2.1. Promover momentos de discussão e reflexão sobre a BNCC e o ensino de Química;

3.2.2. Apresentar as perspectivas do movimento Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA);

3.2.3. Estudar as potencialidades do uso de recursos audiovisuais para um ensino de química crítico e contextualizado;

3.2.4. Discutir a influência do discurso do professor na disciplina de química, sob a ótica da dimensão semântica da Teoria dos Códigos de Legitimação de Karl Maton;

3.2.5. Apresentar a teoria de Gaston Bachelard sobre a presença de obstáculos epistemológicos que impedem ou dificultam a construção do conhecimento científico.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir a componente, seja capaz de identificar conteúdos de Química que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas nas metodologias apresentadas ao longo da componente. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; **indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;**
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma

perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;

- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

AULER, Décio. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. *Ciência & Ensino*, v. 1, número especial, páginas 1-20, 2007.

MATON, Karl. Para pensar como bourdieu: completando a 'revolução mental' com a teoria dos códigos de legitimação. Tradução: Marcus Vinícius Medeiros Pereira. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, v. 25, n. 49, 2019.

MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. *Comunicação & Educação*. São Paulo, n. 2, p. 27-35, 1995.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. *Ciência & Educação*. Bauru, v. 13, n. 1, p. 71-84, 2007.

QUINTINO, Carla Pereira; RIBEIRO, K. D. F. A Utilização de filmes no processo de ensino aprendizagem de Química no Ensino Médio. *Encontro Nacional de Ensino de Química*, v. 15, 2010.

SANTOS, Bruno Ferreira; MORTIMER, Eduardo Fleury. Ondas semânticas e a dimensão epistêmica do discurso na sala de aula de Química. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 24, n. 1, p. 62-80, 2019.

5.2. Complementares:

CARDOSO, Oldimar; PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A sala de aula como campo de pesquisa: aproximações e a utilização de equipamentos digitais. *Educação e Pesquisa*, v. 35, n. 1, p. 113-128, 2009.

CAVALCANTI, Carla Delania Monteiro; DA COSTA, Josinaldo Maranhão; BERNARDO, Luciano. Utilização de vídeos e/ou filmes nas aulas de química: análise da concepção dos docentes. In: *II Congresso Nacional de Educação*, Campina Grande, PB. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, v. 1, p. 8-18, 2003.

SANTOS, Paloma Nascimento., AQUINO, Kátia Aparecida da Silva.. Utilização do cinema na sala de aula: aplicação da química dos perfumes no ensino de funções orgânicas oxigenadas e bioquímica. *Química Nova na Escola*, v.33, n.3, p.160 - 167, 2011.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

Componente curricular: Teoria e prática para o ensino de Sociologia

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A Sociologia na Educação Básica. Ciências Sociais, Sociologia, conhecimento sociológico: a BNCC e os diálogos com as ciências do social. Metodologias e práticas de Ensino de Sociologia/Ciências Sociais.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Analisar a presença/ausência da Sociologia na BNCC, bem como os caminhos para uma prática de ensino.

3.2. Específicos:

3.2.1. Compreender o papel histórico da disciplina de Sociologia na Educação Básica brasileira;

3.2.2. Conhecer metodologias e práticas de ensino de Sociologia;

3.2.3. Desenvolver o senso crítico dos estudantes sobre a BNCC e suas premissas teóricas/epistemológicas.

4. Métodos de avaliação

O desenvolvimento da disciplina está pautado nos princípios da pedagogia histórico-crítica, isso significa que partiremos da conjuntura dos discentes, realizaremos uma incursão teórica sobre essa realidade, e retornarmos ao ponto inicial em um outro nível, o chamado concreto pensado. Para realizar esse processo de ensino e aprendizagem, lançaremos mão de avaliações contínuas que serão propostas ao final de cada encontro. Essas avaliações podem ser dos seguintes tipos listados abaixo:

- Análise de textos: Questões referentes à leitura do texto-base da aula serão utilizadas para conseguirmos apreender: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos;
- Pesquisas: Com vistas a exercitar a condição de pesquisador, serão propostas atividades de pesquisas “curtas”, a fim de observarmos as seguintes ações dos discentes: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; organização lógica; presença de referenciais;
- Elaboração de Sequências didáticas: Para exercitarmos a prática pedagógica, proporemos a elaboração de sequências didáticas sobre o conteúdo debatido na disciplina, com vistas a apreender: organização lógica e didática do conteúdo; diversidade de referenciais; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica. 2013.

BRUNETTA, A. A. (org.) et al. Dicionário do ensino de sociologia. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Autores Associados, 2020.

5.2. Complementares:

BERNSTEIN, B. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. Cadernos de pesquisa, p. 75-110, 2003.

CASTRO, C. Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, C. Textos básicos de antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 30h / 2 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem I não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos. Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Física: Energia e conservação; termodinâmica e sistemas térmicos; origem e evolução do universo; cosmologia; estrelas, planetas e corpos celestes; eletricidade e aplicações; ondulatória e aplicações; radiações; física de partículas e campos; relatividade restrita e geral; física quântica;
- Química: Recursos alternativos para atividades práticas no ensino de Atomística, Eletrólitos, Cinética Química, Termoquímica, Equilíbrio Químico, Química Orgânica, Eletroquímica;
- Matemática: Funções, Geometria plana, Álgebra Linear, Vetores e Geometria Analítica, Tópicos especiais em Matemática.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem

como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80 p. Disponível em:

https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem I: Ciências Humanas e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 30h / 2 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem I não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Ciências Humanas e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos.

Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Filosofia: Filosofia Geral (metafísica), Filosofia da Ciência, Filosofia Política, Ética;
- Geografia: A questão ambiental sob uma perspectiva Geográfica; Rochas, Minerais e Fósseis - Possibilidades de atividades de geologia e paleontologia em sala de aula;
- História: História e conhecimento histórico; Perspectivas historiográficas; Novos paradigmas da ciência e seus desdobramentos teóricos; O universo digital e seus impactos sobre o conhecimento histórico; A diversidade de conteúdos escolares no ensino de história e as sequências didáticas; O ensino de história e a diversidade de linguagens no trabalho com documentos em situações escolares;
- Sociologia: Sociologia Clássica, Sociologia Contemporânea, Antropologia (dos evolucionistas até a contemporânea), Ciência Política (abordagem das diversas correntes teóricas).

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem

como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;

- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80p. Disponível em:

https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem I: Linguagens, Códigos e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 30h / 2 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem I não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos.

Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Artes: Produção fotográfica e os gêneros (Perspectiva, Social, Documental/Crítica e Artística); Produção de Vídeos, Arte Contemporânea - instalações artísticas;
- Português: Recursos alternativos para elaboração de sequências didáticas, tais quais: podcast, entrevistas, tutoriais, seminário e resumos expandidos;
- Espanhol: Interculturalidade; Variação linguística; Gêneros Oraís e sequência didática de LE;
- Educação Física: Evolução Histórica das Lutas; Vivências do conteúdo Jogos em suas diversas alternativas; Esportes e uma Abordagem Contemporânea; Ginástica, Saúde e Trabalho; Atividades Alternativas (Expressão Corporal; Atividades ao Ar- Livre; Atividades Circenses e etc); Danças e Identidade: construção do próprio ideário e a negação da Dança imposta pela mídia.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80 p. Disponível em:

https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem II não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos. Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Física: Energia e conservação; termodinâmica e sistemas térmicos; origem e evolução do universo; cosmologia; estrelas, planetas e corpos celestes; eletricidade e aplicações; ondulatória e aplicações; radiações; física de partículas e campos; relatividade restrita e geral; física quântica;
- Química: Recursos alternativos para atividades práticas no ensino de Atomística, Eletrólitos, Cinética Química, Termoquímica, Equilíbrio Químico, Química Orgânica, Eletroquímica;
- Matemática: Funções, Geometria plana, Álgebra Linear, Vetores e Geometria Analítica, Tópicos especiais em Matemática.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem

como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de

aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;

- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80 p. Disponível em:

https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem II: Ciências Humanas e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem II não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos. Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Filosofia: Filosofia Geral (metafísica), Filosofia da Ciência, Filosofia Política, Ética;
- Geografia: Geotecnologias e suas aplicações em sala de aula; Prática de campo em Geografia;
- História: História e conhecimento histórico; Perspectivas historiográficas; Novos paradigmas da ciência e seus desdobramentos teóricos; O universo digital e seus impactos sobre o conhecimento histórico; A diversidade de conteúdos escolares no ensino de história e as sequências didáticas; O ensino de história e a diversidade de linguagens no trabalho com documentos em situações escolares;
- Sociologia: Sociologia Clássica, Sociologia Contemporânea, Antropologia (dos evolucionistas até a contemporânea), Ciência Política (abordagem das diversas correntes teóricas).

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem

como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino; capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80 p. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Oficina de ensino-aprendizagem II: Linguagens, Códigos e suas tecnologias

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

A disciplina de Oficinas de Ensino-Aprendizagem II não possui ementário pré-definido, pois visa

proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam à área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias; promovendo ainda o diálogo interdisciplinar por intermédio da abordagem de temas contemporâneos.

Nesse sentido, se descreve abaixo os conteúdos que poderão ser abordados, evidenciando-se que não existe obrigatoriedade que todos sejam abordados ao longo de uma única oficina, ou mesmo do curso.

- Artes: Produção fotográfica e os gêneros (Perspectiva, Social, Documental/Crítica e Artística); Produção de Vídeos, Arte Contemporânea - instalações artísticas;
- Português: Recursos alternativos para elaboração de sequências didáticas, tais quais: podcast, entrevistas, tutoriais, seminário e resumos expandidos;
- Espanhol: Interculturalidade; Variação linguística; Gêneros Orais e sequência didática de LE;
- Educação Física: Evolução Histórica das Lutas; Vivências do conteúdo Jogos em suas diversas alternativas; Esportes e uma Abordagem Contemporânea; Ginástica, Saúde e Trabalho; Atividades Alternativas (Expressão Corporal; Atividades ao Ar- Livre; Atividades Circenses e etc); Danças e Identidade: construção do próprio ideário e a negação da Dança imposta pela mídia.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Estimular a construção e implementação de práticas de ensino disciplinares e interdisciplinares, em acordo com a BNCC.

3.2. Específicos:

3.2.1. Construir relações entre saberes didáticos, de contexto e de conteúdo;

3.2.2. Elaborar práticas de ensino diversificadas;

3.2.3. Retomar e discutir conteúdos pertinentes para serem implementados na educação básica;

3.2.4. Incentivar a construção de estratégias interdisciplinares de ensino.

4. Métodos de avaliação

A abordagem da disciplina se pautará por princípios da aprendizagem significativa, bem como as resoluções institucionais relativas ao tema. Nesse sentido, serão desenvolvidas avaliações que considerem não apenas o “produto”, mas todo o processo vivenciado ao longo da disciplina.

Espera-se que o estudante, ao concluir as oficinas, seja capaz de identificar conteúdos que atendam as habilidades e competências propostas pela BNCC, consigam construir estratégias de ensino diversificadas e fundamentadas em metodologias diversificadas, bem como sugerir abordagens e práticas interdisciplinares para o ensino. Assim, as seguintes formas de avaliação poderão ser utilizadas, bem

como os critérios a serem atingidos:

- Debates e análise de textos: domínio do conteúdo; argumentação lógica; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; entrega escrita de uma síntese dos argumentos; apresentação de conclusões coerentes com a argumentação sustentada; domínio da língua portuguesa, silêncio ao longo da argumentação de outros debatedores; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em grupo);
- Pesquisas: aprofundamento do conteúdo; presença de exemplificações; capacidade de parafraseamento; clareza textual; organização lógica; presença de referenciais (no mínimo três diferentes); domínio da língua portuguesa; uso de normas técnicas vigentes; indícios de plágio implicarão na anulação integral do conceito da avaliação;
- Apresentação oral: domínio do conteúdo; aprofundamento dos conceitos desenvolvidos; clareza da apresentação; desenvolvimento lógico da argumentação; interação com a turma; presença de exemplificações e outros elementos que facilitem a compreensão do tema; domínio da língua portuguesa; colaboração ativa na avaliação (quando desenvolvida em equipe);
- Elaboração de Sequências didáticas: organização lógica e didática do conteúdo, em uma perspectiva da Aprendizagem Significativa; diversidade de referenciais; respeito ao contexto de aplicação da proposta; identificação de conhecimentos prévios; uso de abordagens metodológicas discutidas na disciplina; organização e seleção adequada dos conteúdos propostos; proposta de avaliação coerente à metodologia de ensino proposta;
- Prática pedagógica: domínio do conteúdo; adequação da prática ao plano de ensino;

capacidade de contextualização; uso de metodologias discutidas na disciplina; coerência entre a proposta avaliativa e a metodologia aplicada.

5. Referências

5.1. Básicas:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

MARCELINO, V.; SILVA, P. G. S. (Org.). Metodologias para o ensino: teoria e exemplos de sequências didáticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018. 80 p. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-ensino-e-suas-tecnologias/biblioteca-virtual/e-books/e-book-metodologias_ensino.pdf/view. Acesso: 03 Janeiro 2022.

MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5.2. Complementares:

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.

FERNANDES, J. H. P.; FERREIRA, M. M; NOGUEIRA, J. F. F. O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Componente curricular: Trabalho de Conclusão de Curso

1. Carga horária/Créditos: 60h / 4 créditos

2. Ementa

Aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa, com ênfase na pesquisa educacional. Elaboração da monografia. Documentação e leitura da bibliografia. Construção lógica do trabalho. Redação final.

3. Objetivos

3.1. Geral:

Desenvolver um aprofundamento teórico metodológico sobre a pesquisa educacional articulado ao processo de elaboração de um projeto de TCC previsto no PPC do curso Abordagens contemporâneas para Educação Básica - Especialização lato sensu.

3.2. Específicos:

3.2.1. Reconhecer aspectos teóricos e metodológicos inerentes à pesquisa;

3.2.2. Caracterizar os elementos que compõem um projeto de pesquisa;

3.2.3. Diferenciar diversas abordagens, métodos e instrumentos relacionados a pesquisas em educação;

3.2.4. Exercitar técnicas específicas para seleção, organização e sistematização de referencial teórico;

3.2.5. Reconhecer, selecionar e organizar instrumentos de coleta de dados.

4. Métodos de avaliação

O desenvolvimento da disciplina será voltado para a elaboração do Projeto de TCC com fundamentos teóricos, metodológicos e orientações gerais e individuais. Nesse sentido, será avaliado o processo de redação do projeto; organização, articulação e coerência entre os componentes do projeto; consistência teórica e argumentativa, coesão textual, articulação, sequência e clareza da idéias apresentadas; uso adequado da linguagem.; formatação de acordo com as orientações para trabalhos acadêmicos (ABNT).

5. Referências

5.1. Básicas:

ALVES, R. Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. 13ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs.) Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

5.2. Complementares:

COSTA, Marisa V., Pesquisa em educação: concepções de ciência, paradigmas teóricos e produção de conhecimentos. In Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.90, ago, 1994, p. 15-20.

GATTI, B.A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012, p. 13-34. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>, acesso em 29 set. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.

14. PROCESSO SELETIVO

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de análise será composta de professores do colegiado do curso, por meio de portaria. O coordenador designará, no mínimo dois professores e no máximo três professores, que farão a avaliação, seguindo os seguintes critérios:

De acordo com a Resolução do CONSUP/IFPR Nº 36, de 01 de outubro de 2021, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas no processo seletivo devem ser destinadas para as seguintes categorias de identificação e/ou situação das cotas e definições:

I - População Negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II - Pessoas com Deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

III - Indígenas: candidatos autodeclarados indígenas;

IV - Renda Familiar: cota reservada para candidatos que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica devido a renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos;

V - Pessoas Trans: candidatos autodeclarados travestis, mulheres e homens transexuais;

VI - Pessoas Migrantes e Refugiadas: Migrantes em situação de vulnerabilidade social (estado decorrente da pobreza, baixa ou ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos e/ou, fragilização de vínculos afetivos e/ou

comunitários) que tenham autorização de residência ou tenham realizado solicitação de autorização de residência, independentemente da situação migratória que houverem ingressado no Brasil, e pessoas solicitantes de refúgio ou reconhecidas pelo governo brasileiro como refugiadas;

VII - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

No edital do processo seletivo estarão previstas as atividades de comprovação das cotas, bem como os critérios, procedimentos ou documentações necessárias. Caso o candidato, após o processo de verificação de comprovação da cota pela qual fez opção, não se enquadre na categoria escolhida, o mesmo será redirecionado para concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência.

Para cada processo seletivo só será permitido aos candidatos a inscrição em 1 (uma) das categorias de identificação e/ou situação das cotas.

Os candidatos inscritos deverão enviar o currículo documentado e a ficha de inscrição via sistema eletrônico para secretaria acadêmica até a data final de inscrição no processo seletivo. A autenticidade dos documentos será verificada no ato da matrícula, mediante apresentação dos originais ou documento equivalente.

Esta fase terá caráter classificatório e eliminatório, sendo classificados os candidatos com maior nota, em um limite de $n+10$, sendo n o número de vagas ofertado pelo curso.

Os candidatos classificados na análise de currículo serão entrevistados por uma banca de até cinco docentes, tendo como limite mínimo três docentes integrantes do colegiado do curso. As entrevistas não possuem caráter eliminatório ou classificatório. Elas terão o objetivo que esclarecer eventuais dúvidas da banca sobre os dados apresentados no currículo documentado dos candidatos.

Em caso de empate, os critérios de desempate seguirão a seguinte ordem:

1. Estar exercendo a docência na rede pública de ensino;
2. Tempo de atuação em docência;

3. Maior idade.

De acordo com a demanda do curso, o processo poderá ser simplificado, descartando a realização de entrevistas, caso o total de discentes aprovados na etapa de análise de currículos seja inferior ou igual ao número máximo de vagas do curso. Os currículos serão avaliados em uma pontuação de 0 a 100, por uma banca composta por dois docentes do colegiado, de acordo com a tabela a seguir:

Formação	Pontuação máxima: 30 pontos		
	Pontuação por Unidade	Quantidade	Pontuação Obtida
Licenciatura nas áreas contempladas pelo curso	10 pontos		
Bacharelado	5 pontos		
Graduação em área correlata com complementação pedagógica	5 pontos		
Especialização	2 pontos		
Experiência Profissional	Pontuação Máxima: 30 pontos		
	Pontuação por Unidade	Quantidade	Pontuação Obtida
Docência no ensino superior, médio, técnico ou fundamental	2 pontos/ano		
Cursos extra curriculares ministrados	1 ponto/curso		
Participação em projetos e eventos	Pontuação Máxima: 20 pontos		
	Pontuação por Unidade	Quantidade	Pontuação Obtida
Colaboração ou participação em projetos de pesquisa, extensão ou ensino de IES, CAPES, CNPq, etc.	2 pontos/projeto		
Participação em Congressos e eventos da área	2 pontos/evento		
Apresentação de trabalho em congressos e eventos da área	2 pontos/trabalho		
Produção bibliográfica	Pontuação Máxima: 20 pontos		
	Pontuação por Unidade	Quantidade	Pontuação Obtida
Livro; capítulo de livro; artigo em periódico com qualis	10 pontos		
Trabalho completo publicado em anais de eventos da área	3 pontos		
Resumo publicado em anais de eventos da área	2 pontos		

Tabela 1 - Pontuação para análise de currículo

15. REFERÊNCIAS

- BEHRENS, M. A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOTÍA, A.B.; BOLÍVAR-RUANO, M. R. Currículum de enseñanza media y formación del professorado: hacia una convergencia para asegurar el éxito educativo para todos. In: PUENTES, R. V. et al. (org.). Ensino Médio: processos, sujeitos e docência. EDUFU, Uberlândia – MG, 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para a educação básica. Brasília, MEC, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. 10 ed. São Paulo, Cortez. 2011.
- COUTO, R. M. S. Fragmentação do Conhecimento ou interdisciplinaridade: ainda um dilema contemporâneo? Revista Faac, v.1, n.1, p.11-19. 2011. CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/34/9>. Acesso: 08 março 2021.
- DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. A Reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. Educação & Sociedade, v.21,n.70, 2000.
- IFPR, Campus Ivaiporã. Projeto pedagógico do curso de licenciatura em física. 2017a.
- IFPR, Campus Ivaiporã. Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná. Resolução nº 18 de 24 de março de 2017. 2017b.
- LAVAQUI, V.; BATISTA, I. L. Interdisciplinaridade em ensino de ciências e de matemática no ensino médio. Ciência & Educação, v.13, n.3, p.399- 420, 2007.
- MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa Crítica. In: MOREIRA, M. A.; VEIT, E. A. Ensino superior: bases teóricas e metodológicas. São Paulo, E.P.U, 2010, p. 89-98.

RICARDO, E.C; ZYLBERSZTAJN, A. Os parâmetros curriculares nacionais para as ciências do ensino médio: uma análise a partir da visão de seus elaboradores. *Investigações em ensino de ciências*, v. 13, n. 3, p. 257- 274, 2016.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v.14, n.40, p.143-155, 2009.

16. DOCUMENTOS

- 1.** Apêndice A – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- 2.** Apêndice B – Termo de compromisso professor(a) orientador(a) – orientando(a);
- 3.** Apêndice C – Template para Trabalho de Conclusão de Curso;
- 4.** Apêndice D – Ficha de registro de presença nas atividades de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- 5.** Apêndice E – Ficha de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

APÊNDICE A

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA – CAMPUS IVAIPORÃ

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento estabelece normas, procedimentos, critérios de avaliação e diretrizes para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelo corpo discente do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica.

Parágrafo único. Considera-se corpo discente o estudante, devidamente matriculado junto à instituição, em regime normal ou de dependência.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é condição obrigatória para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica do Instituto Federal do Paraná, Campus Ivaiporã, e será desenvolvido conforme o previsto no Projeto Pedagógico do Curso e de acordo com este Regulamento.

CAPÍTULO 2

DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º. Os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso são: propiciar aos alunos do curso de pós-graduação a ocasião de demonstrar conhecimentos e competências adquiridas; estimular o aprofundamento temático, a consulta bibliográfica especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e de reconstrução da própria realidade.

CAPÍTULO 3

DA PROPOSTA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º. A proposta do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborada de acordo com formulário específico (Apêndice B) e entregue à Secretaria Acadêmica que encaminhará à coordenação do curso.

Art. 5º. O Trabalho de Conclusão de Curso, requisito indispensável para obtenção do certificado de especialista, poderá ser apresentado nos seguintes formatos:

- I. Produção de artigo original ou trabalho de revisão, conforme modelo disponibilizado (Apêndice C).
- II. Produção e publicação, ou aceite, de artigo original em periódico indexado na sua área de conhecimento específica, educação, ensino ou interdisciplinar; como autor principal e com participação do orientador, conforme modelo definido pelo periódico.
- III. Publicação de trabalho completo como autor principal e com participação do orientador, em evento nacional ou internacional da sua área de conhecimento específica, educação, ensino ou interdisciplinar, conforme modelo definido pela organização do evento.

Parágrafo único. É obrigatória a apresentação pública, momento em que o discente deverá exprimir, de maneira clara, a capacidade de análise e de utilização de métodos e conceitos científicos.

CAPÍTULO 4

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º. São partes diretamente envolvidas no desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica;
- II. Professor Orientador;
- III. estudantes do curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica;

IV. Secretaria Acadêmica.

Art. 7º. Compete à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica:

- I. determinar o número de orientandos para cada professor orientador;
- II. expedir declarações de participação em bancas para os avaliadores de TCC;
- III. fornecer adequado encaminhamento a todas as questões relacionadas à legislação e cumprimento deste regulamento.
- IV. elaborar e divulgar o calendário das atividades a serem cumpridas relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- V. Orientar os estudantes sobre todos os aspectos relacionados ao TCC;
- VI. Divulgar o presente regulamento e zelar pelo seu cumprimento;
- VII. Disponibilizar para a comunidade acadêmica informações sobre os TCC em andamento;
- VIII. organizar e divulgar o calendário das bancas avaliadoras dos TCC (apresentação final);
- IX. elaborar e disponibilizar os formulários para os pareceres de avaliação das bancas avaliadoras;
- X. arquivar os documentos referentes ao TCC.

Art. 8. Compete ao professor orientador as seguintes atribuições:

- I. informar a Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica, dentro dos prazos previamente estipulados em calendário, a disponibilidade de orientação de discentes;
- II. agendar com os discentes datas e horários para realização dos encontros que se fizerem necessários ao longo do período letivo (Apêndice D);
- III. orientar os estudantes na escrita do TCC;
- IV. indicar, caso considere necessário, um coorientador para o TCC a ser desenvolvido;
- V. zelar pelo cumprimento dos prazos;
- VI. realizar encontros com os estudantes orientandos no decorrer do curso;
- VII. presidir as bancas avaliadoras do TCC dos seus orientandos e preencher

e assinar a avaliação de seus orientandos;

VIII. entregar ao estudante as correções das versões preliminares do produto do TCC.

Art. 9. Compete ao discente as seguintes atribuições:

- I. conhecer e cumprir o regulamento do TCC e o calendário estabelecido para as atividades;
- II. participar das reuniões convocadas pelo Professor Orientador;
- III. entregar ao Professor Orientador as cópias da versão preliminar do seu TCC, em número correspondente à quantidade de membros da banca avaliadora, conforme calendário;
- IV. apresentar o TCC perante a banca avaliadora, no prazo fixado pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica;
- V. entregar a Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica a versão final do TCC, em formato digital e uma via impressa para a Biblioteca, sendo esta encadernada em capa dura, respeitando os prazos definidos no calendário.

Art. 10. Compete à Secretaria Acadêmica as seguintes atribuições:

- I. receber, protocolar e encaminhar ao colegiado do curso todos os requerimentos e formulários relacionados ao TCC;
- II. arquivar na pasta do estudante os documentos necessários.

CAPÍTULO 4

DA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DISCENTE

Art. 11. A orientação do aluno no Trabalho de Conclusão de Curso é efetuada por um docente do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica do IFPR, Campus Ivaiporã, durante todo o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º Caberá ao aluno a escolha do orientador e, junto com o mesmo, a escolha do tema. Ao orientador é facultada a aceitação do convite para a orientação.

Art. 12. O professor orientador poderá convidar um coorientador para acompanhar o discente na realização das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º O coorientador, pode ser um docente do IFPR Campus Ivaiporã ou um profissional com formação específica e/ou experiência comprovada na área de atuação do TCC.

§ 2º O professor orientador deverá informar a participação de um coorientador do trabalho à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica.

CAPÍTULO 5 DA AVALIAÇÃO DE TCC

Art. 13. Os conceitos atribuídos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas na Portaria Nº 120/2009 do IFPR, sendo conceitos atribuídos A, B, C ou D.

Art. 14. A banca será composta por três membros: dois docentes do colegiado do curso, sendo um deles o orientador, e um terceiro membro, o qual poderá ser profissional de nível superior de ensino da área técnica, ou ainda, profissional com nível superior de ensino, com reconhecido saber em área correlata a qual o projeto tenha se desenvolvido.

§ 1º Os nomes dos membros da banca avaliadora serão indicados pelo professor orientador em conformidade com o calendário do TCC estabelecido pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica.

§ 2º As datas, horários e local de apresentação das bancas avaliadoras serão divulgados pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica.

Art. 15. O tempo da apresentação do trabalho à banca será de 30 (trinta) minutos, sendo reservado até 20 (vinte) minutos para arguição da banca examinadora.

Art. 16. Encerrada a sessão, a banca examinadora reunir-se-á para decidir sobre a avaliação do TCC, ocasião em que será lavrada a ata, a qual será encaminhada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens

Contemporâneas para Educação Básica para as providências cabíveis.

§ 1º A banca avaliadora atribuirá um conceito à apresentação oral e à versão escrita do TCC do aluno (Apêndice E).

§ 2º Na avaliação da apresentação oral, incluindo as respostas às arguições orais, serão considerados os seguintes critérios:

- I. controle e organização do tempo;
- II. domínio do conteúdo;
- III. capacidade de síntese do trabalho desenvolvido;
- IV. consistência das respostas às arguições da banca avaliadora.

§ 3º Na avaliação da versão escrita do TCC, a banca avaliadora seguirá os seguintes critérios:

- I. delimitação adequada e fidelidade ao tema objeto do trabalho;
- II. abordagem adequada do problema (crítica, analítica e propositiva);
- III. aprofundamento adequado do conteúdo;
- IV. atualidade e valor das fontes utilizadas na revisão bibliográfica;
- V. observância das normas técnicas e da metodologia científica.

§ 4º Caso seja atribuído o conceito D pela banca, o estudante deverá reapresentar o trabalho novamente no semestre subsequente, devendo, para tal, se matricular em regime de dependência no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 5º Pode ser concedido, a critério da banca, um prazo de até 15 dias úteis, a contar da data da defesa, para que o discente efetue as correções e adaptações necessárias no trabalho, ficando a aprovação do aluno condicionada à execução e adequação dessas correções, analisadas pelo presidente da banca.

§ 6º A versão final do TCC, submetida às correções determinadas pela banca, e com a anuência do orientador, deverá ser entregue encadernada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica em até quinze dias após a realização da banca.

§ 7º Devem ser entregues 01 (uma) via digital da versão final do TCC para a biblioteca do campus. Deve-se, também, encaminhar, por e-mail, uma cópia desta versão em formato PDF para o orientador, com cópia para a coordenação do curso.

CAPÍTULO 6 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Os casos omissos são resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação Lato Senso em Abordagens Contemporâneas para Educação Básica no âmbito de suas competências, ouvidos o coordenador de curso e o docente orientador do trabalho.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, poderão ser ouvidos o discente orientado, a Coordenação de Ensino ou Direção de Ensino, para análise e parecer sobre questões referentes a este regulamento.

Art. 18. Este Regulamento entrará em vigor a partir da data de início das atividades do curso, revogando as disposições em contrário.

APÊNDICE B

TERMO DE COMPROMISSO PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A) – ORIENTANDO(A)

Discente: _____

Matrícula: _____ Turma: _____

e-mail: _____ Telefone: () _____

Tema: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

e-mail: _____ Telefone: () _____

Mediante o presente termo assumo o compromisso de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso do estudante acima identificado.

Ivaiporã, ____ de _____ de 20____.

Professor(a) Orientador(a)

Orientando(a)

APÊNDICE C

TEMPLATE PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título: destacado em negrito; fonte Times New Roman; tamanho 12; centralizado

Autor 1 alinhado à direita

Autor 2 alinhado à direita

Resumo (negrito e centralizado)

Resumo: poderá conter entre 200 e 300 palavras. Deverá ser apresentado em parágrafo único, formato justificado. Não incluir referências.

Palavras-chave: apresentar de 3 a 5 palavras-chave.

Abstract (negrito e centralizado)

Abstract: em língua inglesa, poderá conter entre 200 e 300 palavras. Deverá ser apresentado em parágrafo único, formato justificado. Não incluir referências.

Keywords: em língua inglesa, apresentar de 3 a 5 palavras-chave.

Introdução (negrito e alinhado à esquerda)

O trabalho deverá ser escrito em fonte Times New Roman, com tamanho 12 para parágrafos e subitens/seções do artigo, tamanho 11 para citações diretas longas e tamanho 10 para notas de rodapé e títulos de quadros, tabelas, gráficos e figuras.

Margens superior e esquerda com 3cm e margens inferior e direita com 2cm, com parágrafo de 1,25 cm (1 TAB), digitado em espaço 1,5 entrelinhas, com 1 espaço entre cada subtítulo. Deverá possuir de 12 a 20 páginas (incluindo resumo e referências) e estar em formato .doc ou .docx.

Os artigos deverão apresentar: A) Introdução (na qual constarão justificativa e objetivos do trabalho, não separada em subitens); B) Referencial teórico (que poderá ser dividido em subtítulos, de acordo com a necessidade do trabalho. A expressão “Referencial teórico” não deverá aparecer, e sim subtítulos relativos ao assunto tratado, todos em negrito e não enumerados); C) Encaminhamentos Metodológicos (aportes teórico-metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, incluindo instrumentos de coleta e referenciais para a análise dos dados, descrição do perfil dos participantes e local de realização da pesquisa (em caso de pesquisas aplicadas). Esta seção não poderá ser dividida em subitens; D) Resultados; E) Considerações finais e F) Referências. Em caso da necessidade de subdivisão dos subitens (seções do artigo) é recomendada a utilização de alíneas (enumeradas ou não), respeitando o parágrafo de 1,25 cm (1 TAB).

Trabalhos de revisão poderão apresentar, também, o seguinte formato: A) Introdução (justificativa, objetivos e encaminhamentos metodológicos - não separados em subitens); B) Desenvolvimento (resultados da revisão, em subtítulos). A palavra “Desenvolvimento” não deverá aparecer, e sim os subtítulos; C) Considerações Finais e D) Referências.

Subtítulos/seções do artigo: deverão ser escritos em negrito e alinhados à esquerda. Inserir quantos subtítulos forem necessários, contemplando a estrutura (mínima) exigida nos artigos.

Espaçamentos: de 1,5 entrelinhas no texto. Inserir 1 espaço (de 1,5cm entrelinha) entre um subtítulo e os parágrafos anterior e posterior de texto.

Destaques no texto: poderão ser feitos por meio da utilização do recurso itálico ou aspas duplas (“”).

Quadros, tabelas, gráficos/figuras: a apresentação desses elementos (sempre centralizados na página) obedecerá às seguintes orientações: deverão ser enumerados,

contendo título e fonte. O título constará acima do elemento, com letra tamanho 11 e espaçamento simples. A fonte (referência) ficará abaixo do elemento, com tamanho 10 e espaçamento simples. Inserir um espaço entrelinhas de 1,5cm entre o elemento e os parágrafos anterior e posterior.

Referências: neste item serão apresentadas todas as referências citadas no trabalho, de acordo com a ABNT, Associação Brasileira de Normas (NBR 6023:2018). Exemplos:

BRASIL. Lei nº 9.979, de 5 de julho de 2000. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito Suplementar no valor de R\$155.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 129, p. 4, 6 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.384, de 3 de março de 1998. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fm que especifica. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 42, p. 1, 4 mr. 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Educação básica e formação profissional**. Salvador: CNI, 1993.

DREIFUSS, René. **A era das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

APÊNDICE E

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Discente: _____

Título do trabalho: _____

Data da apresentação: _____

Presidente: _____

Membro 1: _____

Membro 2: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	CONCEITO
1. APRESENTAÇÃO ORAL	
1.1. Controle e organização do tempo	
1.2. Domínio do conteúdo	
1.3. Capacidade de síntese do trabalho desenvolvido	
1.4. Clareza, objetividade e adequação formal do discurso	
1.5. Consistência das respostas às arguições da banca avaliadora	
<i>Conceito parcial 1</i>	
2. TRABALHO ESCRITO	
2.1. Delimitação adequada e fidelidade ao tema objeto do trabalho	
2.2. Abordagem adequada do problema (crítica, analítica e propositiva)	
2.3. Aprofundamento adequado do conteúdo	
2.4. Coesão e unidade do trabalho	
2.5. Atualidade e valor das fontes utilizadas na revisão bibliográfica	
2.6. Observância das normas técnicas e da metodologia científica	
<i>Conceito parcial 2</i>	

CONCEITO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: _____

Presidente

Membro 1

Membro 2